



ubuntu *se faz com* sankofa

Pretuguês básico
para a luta antirracista

Ana Paula dos Santos
Carla Cristina Carvalho Pereira
Giovana de Carvalho Castro

Ministério da Cultura, Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo e Fundação Clóvis Salgado apresentam

Ubuntu *se faz com* Sankofa

Pretuguês básico
para a luta antirracista

Ana Paula dos Santos
Carla Cristina Carvalho Pereira
Giovana de Carvalho Castro

Belo Horizonte

2025

SOBRETONS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

ARTS
REALIZAÇÕES

**PALÁCIO
DAS ARTES**

Fundação
Clóvis
Salgado

CULTURA E
TURISMO

**GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.

Ação custeada com recursos do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais - FUNEMP.

Ubuntu se faz com Sankofa: Pretuguês básico para a luta antirracista

Copyright©2025 - ARTS Realizações

Sobre Tons: Edital de seleção de obras literárias e/ou científicas de autoras negras mineiras.

Sobre Tons é o programa antirracista do Ministério Público de Minas Gerais que busca sensibilizar a população em relação às pautas raciais e combater o racismo. Essa ação é custeada com recursos do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais – FUNEMP.

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou sistema, sem prévio consentimento da editora, ficando os infratores sujeitos às penalidades previstas em lei.

Todos os direitos desta edição são reservados à ARTS Realizações.

Organização e coordenação: Ana Paula dos Santos

Autoras: Ana Paula dos Santos, Carla Cristina Carvalho Pereira e Giovana de Carvalho Castro

Coordenação geral do concurso: Raphael Simões

Avaliadores: Cláudio Bento, Dalila Hermes de Cássia e Rogério Fernandes

Revisão: Vanessa Francisca Aparecida de Oliveira e Luiz Cláudio de Paula Souza

Formatação ABNT: Fiana Ribeiro dos Santos

Ilustração: Luíso Camargo

Projeto Gráfico e diagramação: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Ana Paula dos

Ubuntu se faz com Sankofa : pretuguês básico para a luta antirracista / Ana Paula dos Santos, Carla Cristina Carvalho Pereira, Giovana de Carvalho Castro. – Juiz de Fora, MG : ARTS, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85658-15-7

1. Ancestralidade 2. Antirracismo 3. Memórias 4. Mulheres negras 5. Negros - Brasil 6. Racismo - Brasil 7. Relações étnico-raciais I. Pereira, Carla Cristina Carvalho. II. Castro, Giovana de Carvalho. III. Título.

25-311197.0

CDD-305.4209

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo : Relações sociais 305.4209

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

17	Introdução	Giovana de Carvalho Castro
25	Memória	Giovana de Carvalho Castro
41	Ancestralidade	Giovana de Carvalho Castro
55	Corpos negros	Carla Cristina Carvalho Pereira
73	Infância Negra	Ana Paula dos Santos
85	Branquitude	Carla Cristina Carvalho Pereira
99	Estética Negra	Ana Paula dos Santos Carla Cristina Carvalho Pereira
115	Considerações finais	Giovana de Carvalho Castro

Palavra e Presença

É com alegria e reconhecimento que celebramos Ana Paula dos Santos, Samara da Silva Marques e Shirley Magda Oliveira dos Reis, autoras mineiras selecionadas entre 85 propostas no Edital de Seleção de Obras Literárias e/ou Científicas de Autoras Negras Mineiras, realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em parceria com o Governo de Minas, por meio da Fundação Clóvis Salgado (FCS) e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult).

Essas três autoras representam, com sua escrita, a força da liberdade criativa, do mérito e da pluralidade de ideias que enriquecem a cultura mineira. Cada livro publicado é um convite à reflexão e uma oportunidade de ampliar o acesso ao conhecimento. Pilares de uma sociedade verdadeiramente livre e democrática.

Com 600 exemplares distribuídos gratuitamente, as obras chegarão a bibliotecas, escolas e instituições culturais em todo o estado, fortalecendo o direito de cada cidadão de escolher, ler e pensar por si mesmo.

Mais do que premiações individuais, essas conquistas simbolizam o protagonismo de mulheres que, pelo talento e esforço, transformam suas realidades e inspiram novas gerações a fazerem o mesmo, com autonomia e confiança em seu próprio potencial, reconhecendo e valorizando sua força ancestral.

Minas se reconhece nessas vozes livres. Minas se expande com elas.

E é com respeito e entusiasmo que celebramos um futuro de mais livros, mais oportunidades e mais liberdade para todas as formas de ser, pensar e criar.

Bárbara Botega

Secretária de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Escritoras do futuro

A grande intelectual mineira Lélia Gonzalez – nascida em 1935 – é uma das maiores referências das Ciências Sociais brasileiras. Pensadora pioneira, Lélia certa vez quebrou as expectativas, durante um discurso em homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento, ao escolher celebrar primeiro as mães dos homenageados, duas mulheres negras: Luísa Mahin, figura decisiva na maior rebelião de escravizados no Brasil, a Revolta dos Malês, em 1835; e Dona Georgina Ferreira do Nascimento, costureira e cozinheira que levava consigo o filho, Abdias, pelas fazendas de café onde trabalhava no início do século XX.

Assim como Lélia, é sempre oportuno lembrarmos aquelas que abriram caminhos. No campo da escrita, as mulheres negras começam agora a ter o devido reconhecimento: Maria Firmina dos Reis e Ana Maria Gonçalves são nomes de destaque. As autoras mineiras também são incontornáveis: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Jussara Santos, Patrícia Santana, Madu Costa e tantas outras.

Por isso, é motivo de imensa felicidade para a Fundação Clóvis Salgado, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, dar continuidade a essa rica tradição por meio do edital do programa “Sobre Tons”. Ana Paula dos Santos (ao lado das coautoras Carla Cristina Carvalho Pereira e Giovana de Carvalho Castro), Samara da Silva Marques e Shirley Magda Oliveira dos Reis são o futuro da literatura mineira e brasileira. E sonhamos que esse futuro seja cada vez mais parecido com elas e com suas obras.

Sérgio Rodrigo Reis

Presidente da Fundação Clóvis Salgado

Ministério Público de Minas Gerais

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é uma instituição essencial à justiça, cuja missão é defender os direitos fundamentais, garantir a ordem jurídica e promover a cidadania. Comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o MPMG atua de forma firme no enfrentamento às desigualdades e na promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, a Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação (CCRAD) foi criada, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH), para fortalecer a atuação institucional no enfrentamento ao racismo e todas as formas de preconceitos contra grupos sociais em situação de vulnerabilidade. A CCRAD atua em apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça, bem como trabalha em parcerias com instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada, para execução de iniciativas diversas no campo do enfrentamento às discriminações.

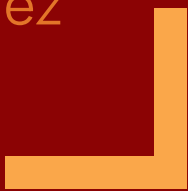
Esta coleção de três volumes é resultado de uma dessas iniciativas. Por meio do programa institucional antirracista “Sobre Tons”, o MPMG reafirma seu compromisso com a valorização da produção intelectual negra, especialmente de mulheres negras mineiras. As obras aqui reunidas são expressão viva de resistência, memória e potência criativa. Elas representam o reconhecimento da importância de ampliar vozes historicamente silenciadas e de promover a escuta ativa como instrumento de transformação social.



**“Aquilo que chamo
“pretuguês”
e que nada mais é
do que a marca
de africanização
do português
falado no Brasil [...]**

Por essa razão,
gosto de fazer
um trocadilho,
afirmando que
o português,
o lusitano,
“não fala e
nem diz bunda”
(do verbo desbundar)”.

Lélia Gonzalez









Introdução

Ubuntu se faz com Sankofa: Pretuguês básico para a luta antirracista

Giovana de Carvalho Castro¹

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais; Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.



É impossível começar esse livro sem uma explicação necessária para nosso título: Ubuntu, *Sankofa* e *Pretuguês* são palavras importantes para que vocês sigam bem nesta leitura. Se você souber o significado delas, maravilha! Pode fluir em paz. Mas vale a pena seguir aqui nosso fio, porque é nelas que está o motor do nosso texto.

Ubuntu é uma palavra que nasceu em África. Aliás, ela não é só uma palavra, é um conceito que significa um conjunto de coisas e traduz um conjunto de ideias. Então, Ubuntu é como se fosse o título de uma música, de uma poesia, de um texto. Para entender do que se trata, precisamos ouvir todas as partes que a compõem e juntá-las, para afinar nossa interpretação.

A ideia primeira que Ubuntu expressa é a de coletividade: somos indivíduos que estamos ligados a outros indivíduos. Entretanto, não é só a ligação que importa, o que também é importante é como essa liga se forma, o que a mantém forte e saudável. Respeito e solidariedade são os ingredientes da receita. Estar em meio a outros significa compreender como aquilo que fazemos afeta outras pessoas, gerando uma consciência de que nossas ações, mesmo aquelas que parecem bem bobas, afetam outros indivíduos em algum grau.

Além disso, Ubuntu também é sobre aquilo que somos, não só nesse tempo em que vivemos, mas também como herança dos que vieram antes de nós. Ancestralidade é a palavra que melhor define essa segunda ideia e não se trata só dos seus pais, parentes próximos ou avós. Nossa ancestralidade é feita de muitos rostos, muitas histórias, desde que a diáspora atravessou o continente africano.

As pessoas que somos hoje são parte dessa história, conectados que estamos com os seres do nosso tempo, mas também com aqueles que vieram antes de nós. Assim, para aquilo que

buscamos nesse texto, o último pilar do Ubuntu se refere àquilo que aproxima essência e convivência: quem você é e como se relaciona com o mundo a seu redor, com as coisas que estão nele, com a forma que ele adquiriu ao longo da História. É neste ponto que Ubuntu - nesse projeto - se cola com *Sankofa*.

Da mesma forma como Ubuntu, *Sankofa* também é uma palavra cheia de significados. Representada por um símbolo, ela traz para a gente um pedaço da cultura de Gana expressa nos símbolos Adinkra. Para facilitar o entendimento, vamos dividir esse conjunto de um jeito que as coisas se misturem sem se confundir. Há muitas e diversas formas usadas para escrever, assim como registrar culturas. Nosso alfabeto é um exemplo disso, porém, não é o único. Povos de diferentes regiões do mundo construíram suas maneiras de registrar suas existências e os símbolos *Adinkra* são uma dessas muitas formas existentes.

O povo Akhan foi o responsável pela criação desse sistema de comunicação, entretanto, é importante que você entenda que *Adinkras* não são apenas letras: são símbolos que expressam muitos significados e que funcionam como forma de marcar valores, contar histórias e traduzir cultura, arte e lembranças. Sendo assim, tecnologia pura, construída de forma a expressar, através de desenhos, inúmeras camadas com sentidos que traduzem um mundo a cada traçado.

Dos mais de 400 símbolos *Adinkras* existentes, escolhemos *Sankofa* neste livro, para tal dar sentido à expressão “Ubuntu se faz com *Sankofa*”.

Sankofa significa aqui a importância de voltar ao passado para entender o presente e construir novas possibilidades de ação.



Para nós, ele expressa a cola necessária para que a gente consiga pensar a coletividade, a ancestralidade e as identidades que atravessam nossa história. Exatamente no conhecimento do passado que podemos nos encontrar enquanto sujeitos e nele também se encontram as possibilidades de limpar nossa vista, para alcançar aquilo que ainda não nos foi permitido ver.

Juntando tudo, damos liga e temos a tradução do nosso título, o qual expressa a constatação de que estamos ligados por laços ancestrais, e o entendimento deles se faz essencial para construção da nossa autoimagem. Assim, para fecharmos essa introdução, antes que você se entedie e desista da leitura, destacamos que esse livro não é um manual, nem um dicionário. O que buscamos aqui é fortalecer nossos vínculos, nosso conhecimento e nossa memória de um jeito que, ao folhear essas páginas, você consiga ampliar seus saberes sobre a diáspora africana e seus efeitos no mundo em que vivemos, na cidade que habitamos. E que, junto a isto, você também descubra mais sobre os significados da presença negra no Brasil.

Desta maneira, o *pretuguês* que fecha nosso título, é também uma palavra-conceito. Coube a Lélia Gonzalez criar esse termo, uma chave que permita que nos comuniquemos de um jeito fácil e que faça desse texto uma conversa de roda, daquelas que a gente tem na cozinha de casa. Gonzalez foi uma figura genial e passou boa parte da sua vida buscando fugir de uma escrita embolada e difícil de entender. Foi graças a esse desejo que, inspirada no português temperado com os diversos jeitos africanos de se comunicar, produziu textos que transmitem essa mistura de forma positiva às heranças africanas, textos que a gente entenda de cara já na primeira vez que lê... Que assim seja esse texto é nossa meta e desejo.

Agora, com tudo isso “escurecido”, sigamos!

Referências

AFREKA, *Conteúdo Independente Por Uma África Sem Estereótipo. Andrika: um dicionário de valores na arte dos carimbos*. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARLOS, Michele. Nós falamos *Pretuguês*. (MN) Redação, Outubro, 2021. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/nos-falamos-pretugues/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LITERAFRO, O Portal da Literatura Afro-Brasileira. Lélia Gonzalez. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Última atualização: 15 de jul. 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-elia-gonzalez>. Acesso em: 22 fev. 2023.

NASCIMENTO, Elisa Lakin; GÁ, Luiz Carlos. *Adinkra: sabedoria em símbolos Africanos*. Rio de Janeiro, 160 p., Ed. Cobogó, 2ª edição, 2022.

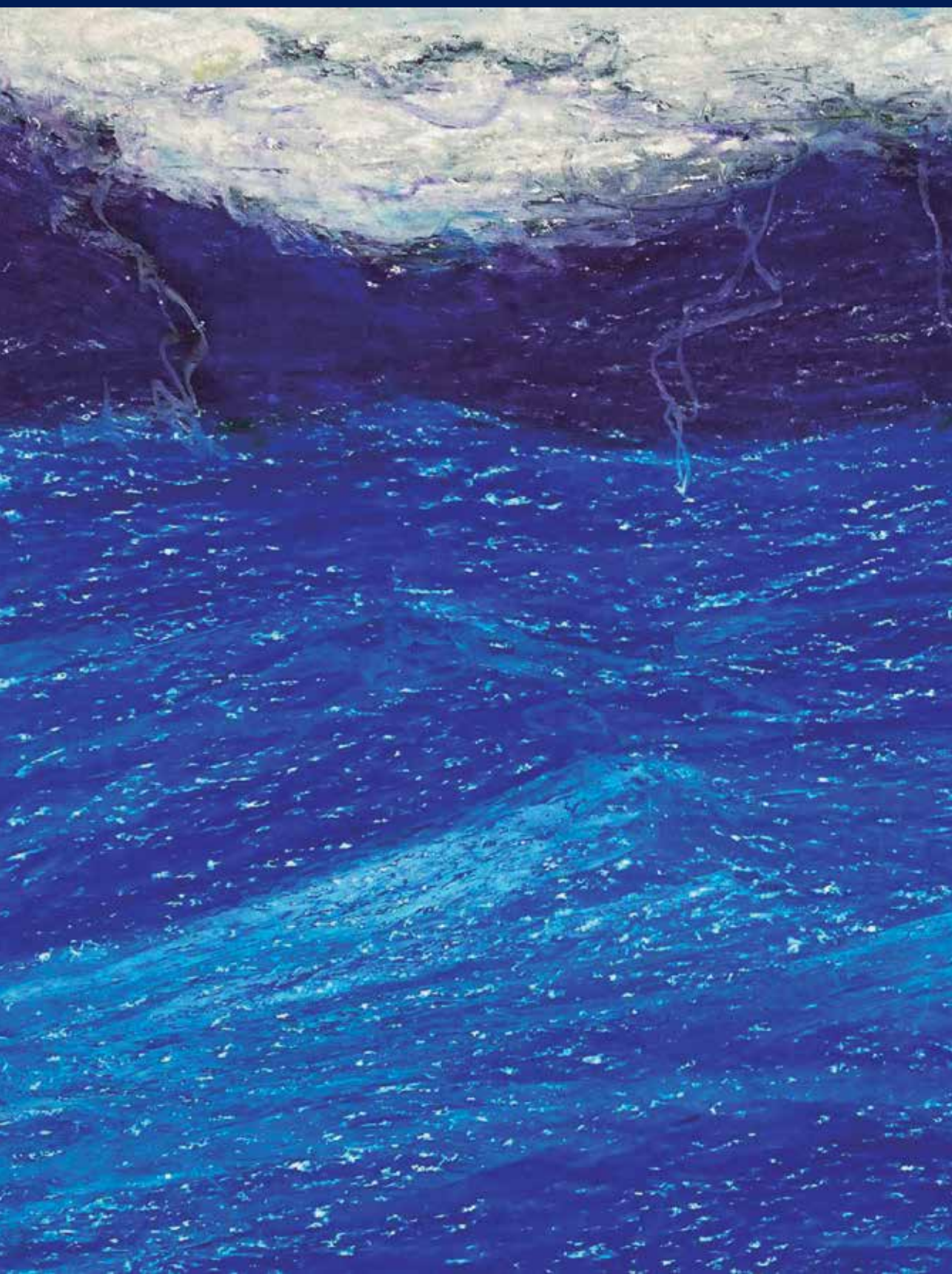
O QUE É SANKOFA? Série Adinkras. Canal Aza Njeri, Ep. 1, 2022, 5:54 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3wOAVLIKhZU>. Acesso em: 05 jul. 2023.

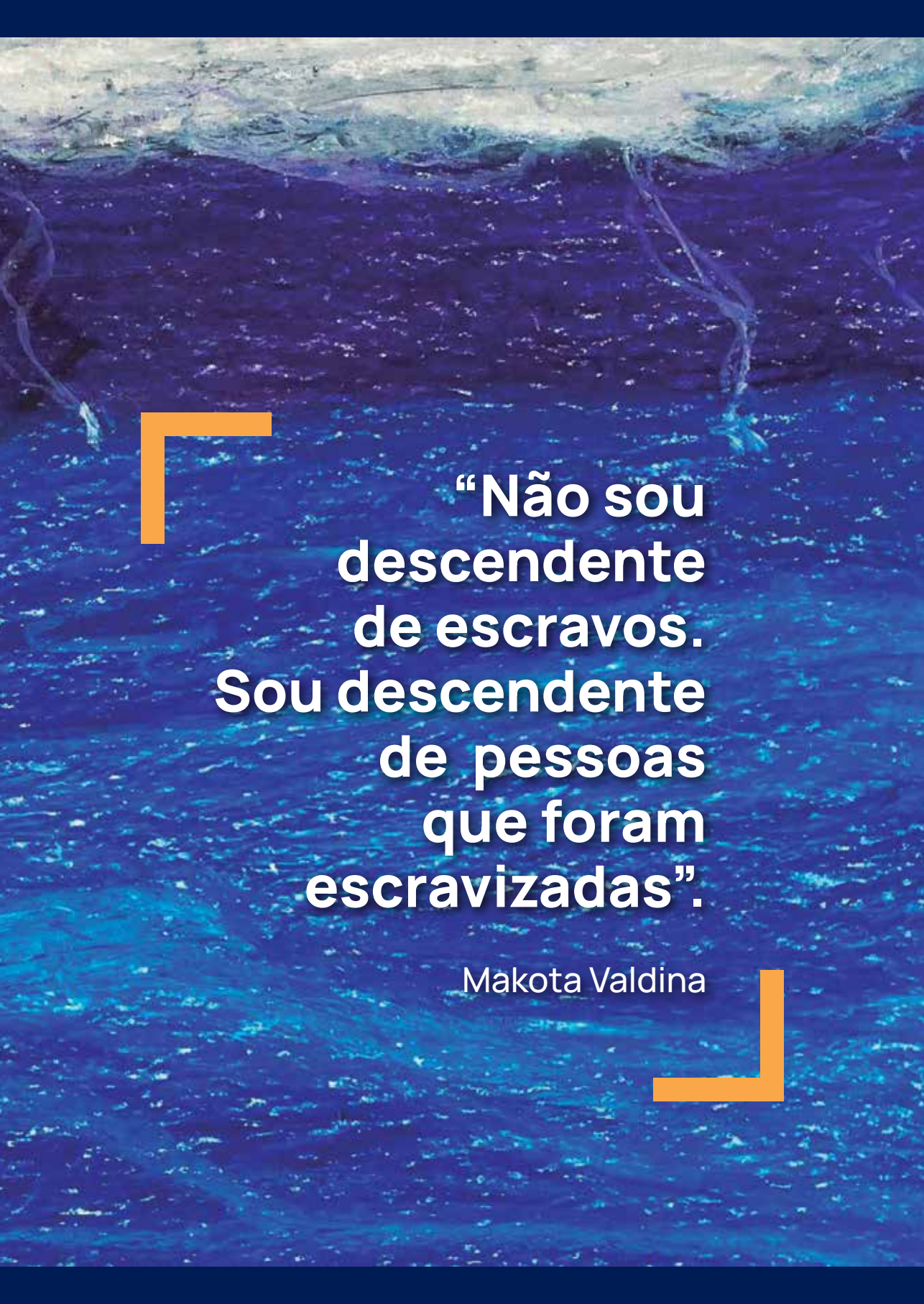
PRETUGUÊS: a africanização da língua portuguesa brasileira | O Enigma da Energia Escura. Emicida e Convidados. Canal GNT, 11 de set. 2021, 6:07 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v7ZC429ONME>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SAMBA ENREDO VAI-VAI 2022. Sankofa Volte e Pegue | Versão Escola. Vai-Vai Oficial. Gravação da versão oficial de letra e melodia do Samba de Enredo. São Paulo, 18 de out. de 2021, 4:57 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QND7tH1Fd6M>. Acesso em: 06 jul. 2023.

UBUNTU: o que significa essa filosofia africana e como pode nos ajudar nos desafios do hoje. Vídeo apresentado por Malu Cursino. Canal BBC News Brasil, 17 de mai. 2020, 6:04 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KaQSIvWV7wo>. Acesso em: 05 jul. 2023.

UBUNTU (ou “Do despertar para o óbvio”). Letra de 1caracomum. Capa por Rafael Sá, 28 de jul. de 2022, 4:56 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mcbeL4pao9M>. Acesso em: 06 jul. 2023.





**“Não sou
descendente
de escravos.
Sou descendente
de pessoas
que foram
escravizadas”.**

Makota Valdina



Memória

Giovana de Carvalho Castro²

Antes de tudo quero contar um segredo pra vocês: memória e história são coisas diferentes. E tem mais: história, aquela que você aprendeu na escola, não é uma descrição exata do que aconteceu. Embora as memórias possam contribuir para a construção de histórias, há um mediador entre elas que se apresenta na figura de quem escreve a história. E aí muita coisa acontece entre o vivido, o lembrado e registrado.

Nossa historiografia, ou seja, o jeito como historiadores contam nossas histórias e registram, mas também deixam de registrar, é atravessado pelo racismo. Durante muitos anos, a história foi contada lembrando apenas de homens brancos, sempre vistos como heróis de capa e espada e amparados por desejos de honra e felicidade de todos. Para que isso desse uma impressão de verdade, grandes pedaços foram deixados de lado, tanto sobre esses homens como sobre outras pessoas que estavam fora desse

² Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais; Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.



lugar e essa história “inventada” ganhou fama de ser totalmente verdadeira.

Muita água rolou por debaixo da ponte até que esse modelo fosse questionado. Gente de diversas partes do mundo começou a se inquietar com essa história tão certinha e passou a revirar arquivos, baús, jornais, bem como passou a conversar com quem se lembrava desse desacerto entre o vivido e o registrado. Foi graças a isso que emergiu uma outra história do negro no e com o Brasil, fruto do trabalho incansável de pesquisadores negros que se bateram com gente graúda para, de forma digamos atrevida, questionar: “e nós? Onde estamos? Só na escravidão? Não é possível!”

Eu gostaria muito de contar pra vocês do tanto de intelectuais negros que confrontaram esse jeito antigo, e branco, de fazer história. Mas, na impossibilidade disso, quero trazer três que são o fino desse embate. O primeiro nesse bonde é Clóvis Moura. Nascido no Piauí em 1925, segue, até hoje, sendo um dos maiores intelectuais e pesquisadores da sociedade brasileira. Historiador, sociólogo, jornalista, poeta, ensaísta, ele reuniu uma lista infindável de frentes de atuação para desembolar um dos temas mais caros da sua trajetória de pesquisa: repensar o lugar do negro na historiografia e pôr abaixo a versão da história branca, aquela de que os negros ficaram quietos e passivos diante da exploração escravista.

O colonizador tinha que ter os elementos que justificassem a missão colonizadora, a missão de rapina na África. Para isso foi necessário criar ideólogos, e surgiu no Brasil uma intelectualidade racista, que não aceita o negro como igual ao branco. Os nossos melhores pensadores, como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Tobias Barreto, todos eles mostravam como um dos fatores de atraso no Brasil não a escravidão, mas o negro. Eles

criaram um filão de pensamento que vem até os nossos dias. Nós temos um Oliveira Viana, um Gilberto Freire, sendo que este aparentemente tem uma obra democrática, anti-racista, mas que no fundo é uma obra que justifica a escravidão. Gilberto Freire criou uma teoria através da qual o senhor é bondoso e o escravo dócil, e com isso ele neutraliza a existência da luta de classes durante o regime escravista. É o patriarcalismo de um lado, e do outro a docilidade do escravo, porque o escravo era negro. Vem então aquela tese de que o negro só quer cachaça, só quer dançar e, atualmente, só quer jogar futebol. Não se apresenta o negro como transmissor de cultura, elemento de trabalho e também de revolta. Esconde-se da História do Brasil todo o problema de conflito durante a escravidão. Por aí nós vemos como nossa história é fraturada. Chega um momento em que a história oficial pula um capítulo como Palmares. São 100 anos de história apresentados nos compêndios em 5, 8, 10 linhas, sem se fazer uma análise do que foi Palmares. E outras revoltas de escravos que são poucas estudadas, como as revoltas urbanas de Salvador, no século XIX. (MOURA, Fonte online³, 1989)

Enfrentando intelectuais⁴ que eram aplaudidos no mundo inteiro por seus estudos sobre a escravidão no Brasil e que defendiam o negro passivo, Clóvis Moura corajosamente apontou como isso era racista. E distorcido. Além disso, ele elaborou uma defesa importantíssima para todos nós: a de que os negros construíram a riqueza brasileira, mas ficaram de fora do direito a desfrutar dela. Mas ele foi ainda mais longe: ao pesquisar a

³ Disponível em <https://www.geledes.org.br/nacao-afro-brasileira-entrevista-com-clovis-moura/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

⁴ Gilberto Freyre e Caio Prado Junior são alguns dos nomes que Clóvis Moura confrontou



resistência negra no Brasil, colocou o quilombo como espaço de pessoas que se uniam para construir uma organização diferente daquela que só os explorava. Para Clóvis, o quilombo não era o lugar do “negro fujão”, era sim, um lugar de encontro de quem sabia ter direito a uma vida longe do trabalho forçado.

A segunda desse trio que vos trago é a historiadora Beatriz Nascimento. Nascida em 1942, na cidade de Aracaju, migrou para o Rio de Janeiro aos 09 anos junto com sua família. Foi no Rio que se formou em História e esteve à frente de diversas ações, entre grupos de estudos e simpósios, que tinham por finalidade responder à pergunta que trouxe lá em cima: cadê o negro na História do Brasil? Para ela, a história do negro “ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita⁵”. Beatriz reivindica a humanidade que foi retirada do negro pela escravização, sua leitura como sujeito que possui subjetividades e protagonismos e que não pode ser visto apenas pela ótica da escravidão e da exploração.

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (NASCIMENTO, 1974, p. 95)

Atenta e inquieta, foi sagazmente pioneira nas reflexões sobre os efeitos do racismo na cabeça de homens e mulheres negros, mas também na cabeça dos brancos. Sim, porque o racismo também

⁵ NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras (organização Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 44

afeta a forma como brancos se veem e veem o mundo. Mas o tema que mais moveu sua vida foram os quilombos, lugar que, para ela, era mais que um território, era um espaço de fortalecimento de identidade que não se encerrou com a abolição. Quem diz que o quilombo acabou, segundo ela, é a historiografia incompleta produzida até então. Para ela o quilombo segue existindo como meta e forma de encontro, pois “o quilombo é uma coisa tão negra, tão adequada nossa, tão compreensível para nós, que o homem branco, ao dominar não conseguiu entender...”⁶

Para fechar nosso trio eis Lélia Gonzalez. Nascida mineira, mas criada no Rio de Janeiro, foi uma incansável debatedora da galera branca que ditava as regras de como colocar o negro na história do Brasil, sempre maltrapilho e pela porta dos fundos. Ao denunciar o racismo “por denegação”⁷ que mora na mente de todo brasileiro, ela não mediu esforços para mostrar que nossa “inteligência”, os laureados intelectuais que enchem as prateleiras de livros e afins, é tão racista quanto qualquer outro brasileiro. E que eles nunca viram problema nenhum em escrever suas teses a partir desse lugar, colocando sempre o negro na lata de lixo da sociedade brasileira. Lélia não se aperta e responde: “o lixo vai falar, e vai falar numa boa”, desafiando a partir daí a importância

⁶ NASCIMENTO, Beatriz. *Historiografia do Quilombo*. 1977. In: Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. *Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018, p.132

⁷ Lélia é uma mulher de tantas genialidades que teria que ser um livro à parte para dar uma noção mínima do que ela representa. Mas, para fins desse nosso momento, esse conceito é importante por demais para não ser citado. Para ela, o racismo no Brasil acontece “por denegação”, ou seja, a galera branca fez de tudo para continuar batendo na tecla da superioridade deles, fazendo com que todo mundo queira ser branco também negando sua raça e cultura. Dessa forma, o racismo brota e se ramifica, produzindo benefícios sociais e econômicos para brancos, sejam ricos ou pobres e se afirmando como um desespero constante de uma sociedade que se quer branca, mas que está repleta de heranças afro-indígenas, heranças que faz de tudo para esconder.



de nos reconhecermos enquanto “amefricanos”⁸. Soma a isso o necessário empenho para derrubar o mito da democracia racial que defendia, mentirosamente, que somos todos iguais num cenário em que tudo aponta para as desigualdades escancaradas que separam negros e não negros no Brasil.

É inspirada por esses três autores que quero pensar as memórias negras de Juiz de Fora. E tentar entender por que elas não estão, de forma geral, na história da cidade. É muito raro encontrarmos nas narrativas oficiais uma discussão sobre a importância das comunidades negras para a formação do município e demorou muito para que pesquisas sobre nosso passado escravista aparecessem de forma mais publicizada. A cidade incorporou uma narrativa sobre o pioneirismo e modernidade sem fazer referência ao trabalho negro como produtor das riquezas que oportunizaram as bases desse desenvolvimento. Há um conjunto de agentes que contribuíram para essa ocultação: historiadores locais que, como já dito, se preocuparam apenas em narrar a história de homens brancos a partir de um olhar de enaltecimento, jornalistas, pesquisadores e memorialistas que, movidos por razões já apontadas, viraram as costas para histórias fundamentais dessa cidade.

Trago aqui algumas dessas histórias que permitem ampliar nossa vista sobre nosso passado, mas também nos permitem repensar nosso papel enquanto coletividade, enquanto *amefricanos* e herdeiros também de uma ancestralidade negra. E como não vai ser possível darmos conta de todas as histórias, vamos nos ocupar de alguns exemplos que mostram que há muito ainda a ser pensado e visto na história da cidade.

⁸ Amefricanidade é um conceito criado por Lélia para apontar a urgência que há, em termos de história, memória e identidade, de que passemos a buscar nossas origens negras e indígenas.

Nossa primeira parada é uma das obras mais famosas da cidade: a Rodovia União e Indústria⁹. Construída entre 1855 e 1861 pela Companhia União & Indústria¹⁰, a estrada mudou a história do transporte no Brasil e é considerada, por muitos pesquisadores, uma das mais importantes obras do século XIX. Mas, e daí? O que a União e Indústria tem a ver com silenciamento e apagamentos? Tudo, diríamos. E um tanto mais. Circula pelos papéis e histórias locais, principalmente depois da publicação do livro escrito pelo historiador Wilson de Lima Bastos¹¹, que a obra, que começou a ser feita em 1856, só tomou rumo mesmo a partir de 1858, quando os alemães chegaram. O que nos leva a deduzir que, sem os alemães, a obra não teria sido concluída porque foram eles que a carregaram.

Bastos não foi o único a deixar a mão de obra negra de fora dessa história. Nas datas comemorativas da cidade, essa história volta com força. E, quando mui raramente, um pouco se diz do trabalho escravizado na construção da rodovia, ele é relegado aos serviços mais pesados, pondo um jeito na prosa que dá a impressão de que ele era pouco e raro. Mas pasmem, para outros vários pesquisadores, a história correu um pouquinho diferente. A CUI (Companhia União e Indústria) tinha um contrato que a obrigava

⁹ Para maiores informações sobre a importância da Rodovia União Indústria sugerimos “União e Indústria: Uma estrada para o futuro”. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/uniao-e-industria-uma-estrada-para-o-futuro>. Acesso em: 05 mar. 2023

Para maiores informações sobre a utilização de mão de obra negra escravizada na construção da rodovia indicamos GAUDERETO, SARAIVA. Escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora – Juiz de Fora, segunda metade do XIX: o caso da Companhia União e Indústria. Disponível em <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/31>. Acesso em 05 mar. 2023.

¹⁰ A Companhia União & Indústria foi criada em 1853 por Mariano Procópio Ferreira Lage, que obteve o direito por abono imperial de explorar o trecho por 50 anos. Mas isso não ocorreu: em 1879 a Companhia entrou em falência

¹¹ BASTOS, Wilson de Lima. Mariano Procópio: sua vida, sua obra. Editora Caminho Novo: Juiz de Fora, 1961.



a usar apenas mão de obra livre na construção, mas, na prática, correu bem diferente.

Na verdade, como enfatizam Luiz José Stheling, Domingos Giroletti e Sérgio de Oliveira Birchal, entre 70% e 80% da força de trabalho dos serviços de abertura da principal rodovia construída pela Companhia União & Indústria compunham-se de cativos, num total de cerca de dois mil escravos, em geral, alugados de seus acionistas ou das companhias inglesas de mineração de Cocais e de Congo Soco e de fazendeiros das regiões cortadas por aquela via. (SARAIVA, 2001, p.59)

E tem mais!

A Companhia (União & Indústria) empregava 1.102 pessoas; entre elas, 900 escravos que constituíam quase 82% da força de trabalho total. Dos 900 escravos, 48 eram empregados na produção de carvão; 96 eram empregados como pedreiros, cozinheiros etc., e como seus assistentes e aprendizes, nas várias oficinas e seções da estrada; os 756 restantes trabalhavam na construção e manutenção da rodovia. (...) Em 1857, havia 804 escravos trabalhando para a companhia, mas não há informação acerca do total de trabalhadores empregados. (...) Em 1858, a companhia empregava 2.636 trabalhadores: 1.136 eram empregados na seção da rodovia entre Juiz de Fora e Paraíba (do Sul). Deste número, 800 eram escravos; isto é, 70%. (...) Os outros 1.500 eram empregados na seção entre Petrópolis e Paraíba do Sul, mas não há informação acerca do status destes trabalhadores (...), porém, é razoável supor que a mão de obra escrava representava uma grande parcela. (BIRCHAL, 1998, p.08/12)

Segundo Saraiva (2001), no finalzinho de 1854 e durante todo ano de 1855, Mariano Procópio utilizou-se da prática ilegal de alugar escravos para a obra e Giroletti (1987), outro pesquisador que se aprofundou no tema, aponta que, na construção do pedaço que liga Juiz de Fora a Paraíba do Sul, o trabalho foi feito por um grupo de 1136 trabalhadores, dos quais 795 eram escravizados alugados (GIROLETTI, 1987, p.64). E não eram apenas no serviço “bruto”, ou seja, não especializado, que esses homens e mulheres negras trabalharam: há registros de trabalhadores negros especialistas na carpintaria e mulheres atuando como cozinheiras¹².

Seguindo essa linha de jogar luz sobre invisibilidades, nos é caro também falar sobre as autonomias dessas populações. A compra da alforria, para si e seus familiares, foi uma das muitas práticas de emancipação experienciadas pela população negra em Juiz de Fora.

A obtenção das manumissões (alforrias) contou com as estratégias dos cativos, seja por meio da busca por sua liberdade nos tribunais, ou estabelecendo relações mais próximas com seus senhores; as vontades e expectativas dos cativos foram de fundamental importância para a sua liberdade e a de seus familiares.¹³

Henrique Lacerda (2001), um dos historiadores locais que se debruçou sobre o estudo das alforrias, traz dados incríveis

¹² SARAIVA, 2001, p.66.

¹³ FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho das posses possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX), 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/XYHWgvqFdYwYLnCYR5ZMKFF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 jul. 2024.



sobre essas ações em Juiz de Fora. Analisando um período que vai de 1844 até 1888, ele encontrou 744 registros que se referem à liberdade de 1093 cativos (algumas alforrias foram coletivas).

Baseando-se na historiografia que apontou a década de oitenta do século XIX como sendo o momento no qual ocorreram mais alforrias coletivas, em virtude das campanhas abolicionistas, Lacerda dividiu o seu recorte cronológico em dois momentos (...). O primeiro entre 1844 e 1880, período que abarcou 56,71% das manumissões, e o segundo entre 1881 e 1888, com 43,49% de alforrias. As cartas de liberdade foram classificadas como gratuitas, onerosas, condicionais (cartas de liberdade coartadas, compradas, prestação de serviços); incondicionais (sem nenhum tipo de condição explícita); parciais (aquela em que o proprietário libertou a(s) parte(s) que possuía sobre um cativo, de maneira condicional (ou não) e verba testamentária. As duas primeiras somadas abarcaram a maioria das alforrias, num total de 991 (90,6%), sendo que as gratuitas e onerosas condicionais tiveram uma porcentagem de 57,01% e as incondicionais 42,99%. De acordo com Lacerda: notamos que entre 1844 e 1860 as cartas Onerosas e Gratuitas Condicionais e as Incondicionais possuíram, praticamente a mesma proporção. Na década final do escravismo, as alforrias incondicionais mantiveram uma porcentagem proporcional às décadas anteriores, enquanto que as alforrias Onerosas e Gratuitas condicionais aumentaram significativamente. (FREIRE, 2011, p. 219)

O fragmento de texto acima nos aponta que a carta de alforria não era uma garantia de passagem imediata para a liberdade. Havia diferentes possibilidades que iam desde a liberdade imediata, passando pela prestação de serviços até a

morte dos seus donos, ou ainda pelo pagamento parcelado na forma de serviços ou dinheiro (aquelas chamadas condicionais).

Além disso, muitos escravizados e escravizadas foram à justiça para pleitear seu direito à liberdade.

Para além das cartas, existiam ainda as ações de liberdade: processos cíveis movidos pelos escravos contra o proprietário ou herdeiros do mesmo, onde por meio dessas ações, buscavam adquirir a liberdade que por algum motivo deviam e não foram concedidas a eles. As ações têm características diferentes das cartas de liberdade e, por terem um grau de complexidade maior, serão apenas citadas como um outro meio de obtenção da liberdade pelos escravos. O Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora tem sob guarda 19 ações de liberdade, sendo 14 delas envolvendo mulheres. (ELMOR, 2021, p.23)

Há ainda muitas outras estratégias construídas por populações negras que a história de Juiz de Fora tem ainda por contar. E não só em sua condição de escravizados, mas também em suas experiências de busca e vivência em liberdade. Rita Félix é uma das pesquisadoras precursoras em estudar, por via da coleta de depoimentos, a história de pessoas negras em suas trajetórias na cidade no início do século XX. Em seu livro, resultado da sua dissertação de mestrado, ela analisa como essa população se organizou a partir do pós abolição, como a cidade foi sendo ocupada dando origem a bairros marcados pela presença negra. Essa reorganização coloca Juiz de Fora na lista de cidades negras brasileiras, ou seja, cidades que tiveram sua história diretamente ligada à exploração da mão de obra escravizada e que são marcadas pela predominância de população negra na sua atualidade. Agora cabe a nós mergulharmos nessa história e torná-la cada vez mais conhecida e publicizada.

Referências

ELMOR, Clara Martinez Terra. Mulher Escrava no município de Juiz de Fora: Um estudo sobre as alforrias femininas na segunda metade do século XIX (1850-1888). Trabalho de conclusão de curso, UFJF:2021. Disponível em <https://www2.ufjf.br/historia/files/2021/07/TCC-Clara-Elmor1.pdf> . Acesso em: 27 jun. 2022.

FREIRE, Jonis. . Alforrias e tamanho das posses: possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.211- 232, jan/jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/XYHWgvqFdYwYLnCYR5ZMKFF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2019.

GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora(1850-1930). Juiz de Fora, 1987.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Considerações sobre as cartas de alforria registradas em um município cafeeiro em expansão através da análise dos livros de notas cartoriais Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, nº 25, Jul/01, p.194-213. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57ab5f88be6594bec76dfd4/1470848942715/Lacerda%2C+Antonio+Henrique+Duarte.pdf>. Acesso em :03 dez. 2019.

MOURA, Clóvis. Disponível em <https://www.geledes.org.br/nacao-afro-brasileira-entrevistacom-clovis-moura>. Acesso em: 05, agosto, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras (organização Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. Historiografia do Quilombo. 1977. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

SARAIVA, Luiz Fernando. Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora–1870/1900. 2001. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ),2001.

_____. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora em meados do século XIX. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323253407_Estrutura_de_terras_e_transicao_do_trabalho_em_um_grande_centro_cafeeiro_Juiz_de_Fora_em_meados_do_XIX. Acesso em: 03 mai. 2019.

Para saber mais

Entrevista com Clóvis Moura. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nacao-afro-brasileira-entrevista-com-clovis-moura/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Lugar do Negro mudou a maneira como se estuda o racismo no Brasil. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lugar-de-negro-mudou-toda-a-maneira-como-se-estuda-racismo-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

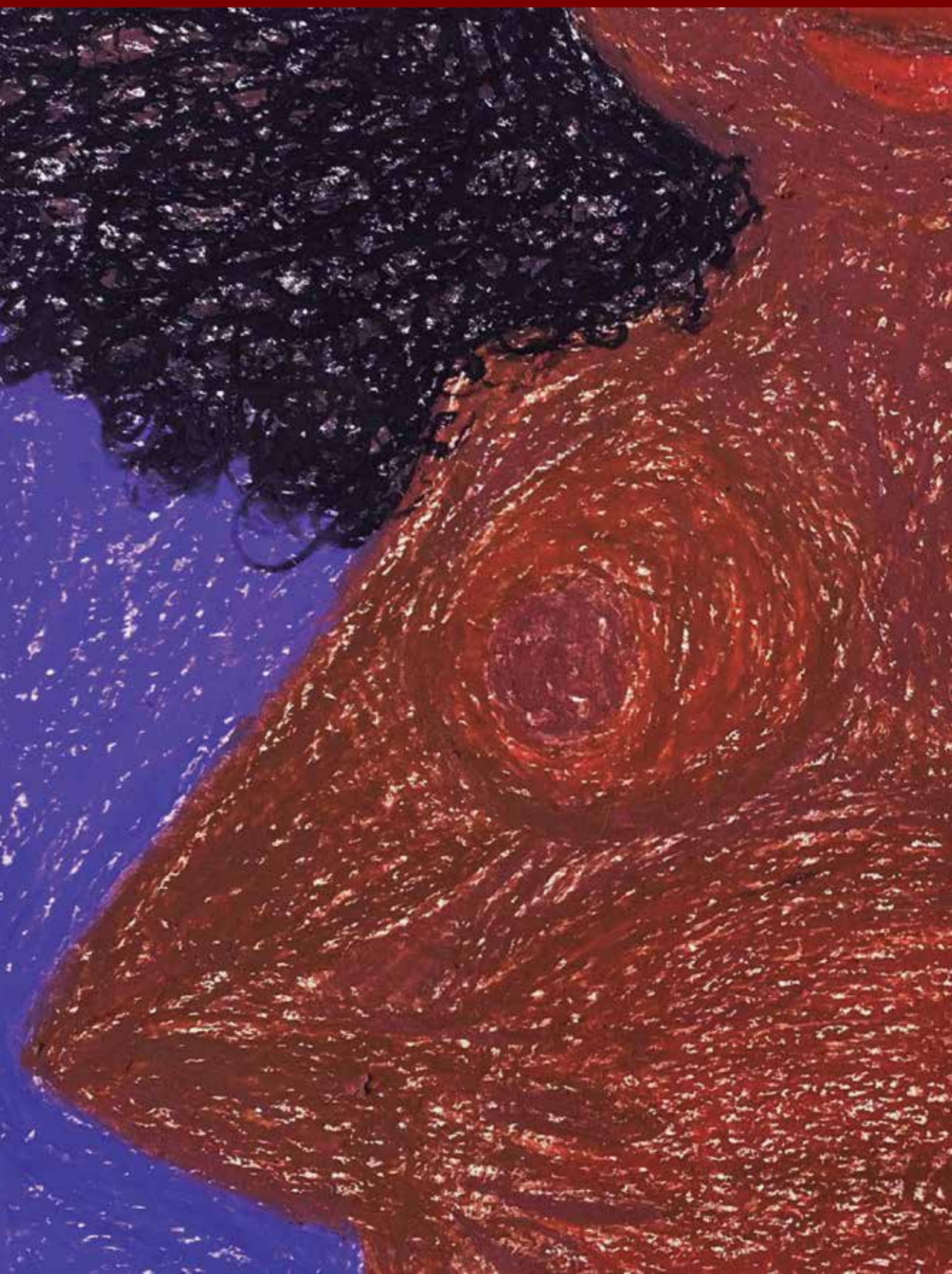
Lélia Gonzalez onipresente. Disponível em <https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-onipresente/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Beatriz Nascimento. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Curtas Juiz de Fora Cidade Negra ep 1: Tempo, Memória e História, quebrando silêncios e ausências https://www.youtube.com/watch?v=ryy9WZADKc4&list=PLsU9WEe9AO2yi-_9XfyREDi6nMDgYP7Z1&index=1. Acesso em: 30 abr. 2024.

Curtas Juiz de Fora Cidade Negra ep 2. parte 1: Juiz de Fora, Cidade Negra. https://www.youtube.com/watch?v=UYqiYhv0aFU&list=PLsU9WEe9AO2yi-_9XfyREDi6nMDgYP7Z1&index=2. Acesso em: 30 abr. 2024.

Curtas Juiz de Fora Cidade Negra ep 2. parte 2: Juiz de Fora, Cidade Negra. https://www.youtube.com/watch?v=XOyjXl6fdq8&list=PLsU9WEe9AO2yi-_9XfyREDi6nMDgYP7Z1&index=4. Acesso em: 30 abr. 2024.



**O Brasil.
Que somos nós?
Somos um povo
que ri quando
devia chorar**

José do Patrocínio



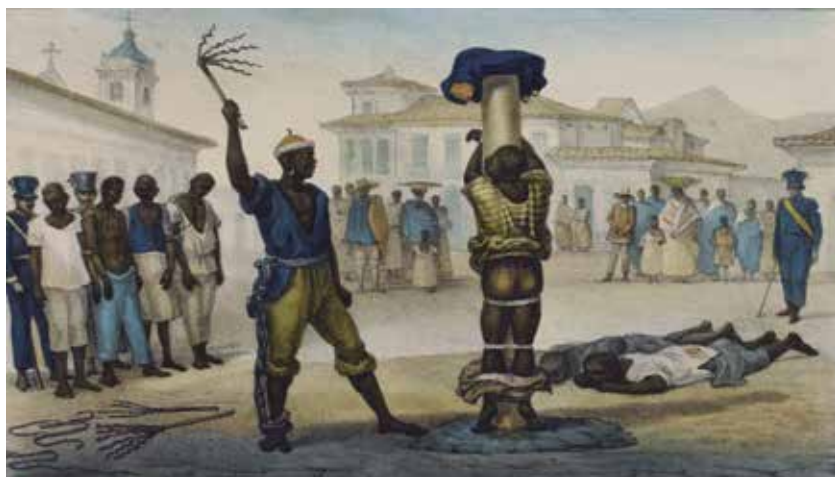
Ancestralidade

Giovana de Carvalho Castro¹⁴

Bem sei como é cansativo e sofrido falar da ancestralidade nas histórias negras de uma cidade negra, pois implica em adentrar nessa inevitável rota que nos leva a bater na porta da escravização e imergir nessa trama de vários e imensos capítulos. Me lembro da minha passagem pela escola, de como me encolhia e queria sumir quando a professora chegava nessa parte do livro didático. Misto de ódio e vergonha, de uma história sempre contada de um jeito torto, recheada de pinturas que mostravam as cenas como se fossem a única verdade possível, como se fossem fotografias e não imagens saídas da cabeça de pintores brancos e europeus. A imagem mais clássica, a que mais vimos? Aquela, de um negro chicoteando outro negro.

¹⁴ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais; Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Mas a história da nossa ancestralidade, daqueles milhões de negras e negros arrancados de sua terra natal, é muito maior e mais complexa do que essas cenas mostram. E tem como ponto de partida uma África - da qual pouco ainda se conhece - sobre a qual se reproduz muita asneira. Uma das que mais ouvimos é a de África como um “país” atrasado, sempre ligada a bichos selvagens, fome, doenças e guerras. Sendo assustador como um continente inteiro, complexo e diverso, se torna reduzido a uma meia dúzia de imagens distorcidas que colocam tudo de ruim sobre ele, como se lá só houvesse desgraça e se a desgraça só existisse lá. E como o racismo em suas várias formas alimenta essas distorções.



África são várias. Foi lá que surgiram as primeiras formas de vida. E sim, os “várias vezes” tataravós da humanidade tinham a pele escura e seus descendentes viveram toda uma história que corre imensa de muitas gentes e reinos, antes da invasão europeia. Desta veia, escorrem as narrativas da África Atlântica onde diferentes sociedades lutaram duramente contra uma natureza

“braba” e, com muita esperteza, inteligência e criatividade, dominaram a agricultura e a metalurgia. Além disso, desenvolveram complexos sistemas de comunicação e de organização política que levaram à formação de reinos e impérios deslumbrantes como: Gana, Mali, Axum, Grande Zimbábwe e os Reinos Sudaneses, e ergueram cidades enormes tais como Benin, que no século XVIII, do alto dos seus 15 mil habitantes, foi descrita como maior que cidades europeias.

Nessas Áfricas que abrigaram comunidades rurais e grandes impérios, uma coisa é certa: a ideia de unidade, de uma só identidade africana, não existia. Mesmo o nome do continente chegou depois, durante muito tempo o nome Etiópia foi usado para identificar grande parte do extenso território. E foi indo em busca dessa Etiópia, uma terra de riquezas e maravilhas, que os portugueses deram início a uma jornada que mudou a história do mundo. No século XV eles estrearam uma sequência de ações que, marcadas por pontuais sucessos e numerosos fracassos, tinha como meta primeira chegar à fonte de riquezas inesgotáveis para pôr brilho numa Europa carente e miserável.

Dispostos a tudo, tanto insistiram até que “as caravelas ultrapassaram os camelos” e fizeram com que Portugal se aproximasse de forma definitiva do seu sonho mais sonhado: chegar direto - sem atravessadores - às maravilhosas riquezas do continente africano e, junto com isso, espalhar a fé que achavam a única possível e absolutamente verdadeira, o catolicismo.

O ouro era a primeira meta, porém, junto com ele, outra “mercadoria” atiçou a cobiça dos europeus: os escravizados.



Reza a lenda que o primeiro traficante foi Antão Gonçalves numa operação que deu início à famigerada África Atlântica, lugar do qual saíram toneladas de ouro e de vidas negras num fenômeno macabro que muito parece um pavoroso filme de terror, que hoje nomeamos de diáspora negra. Diáspora que, entre os séculos XVI e XIX, arrancou cerca de 11 milhões de africanos de sua terra natal.

Agora, antes da gente seguir, uma colocação importante, que move dramas e gritaria: a de que a escravidão em Áfricas existia antes dos famigerados europeus chegarem por lá. Sempre que alguém vem com essa, pergunto: “de qual escravidão tu tá falando?”

- Então, vamos logo escurecer essa questão. Havia escravidão em África? Sim, havia. Mas, há que se explicar isso melhor. Porque existiam variadas e diversas formas de exploração do trabalho, sendo a escravização de fundo tanto cultural quanto econômico.

Em Áfricas, a escravização era em escala minúscula, ligada a derrotas em guerra e com várias possibilidades para que o escravizado se libertasse desta condição. Fosse por tempo, por serviços prestados e até mesmo por casamento com uma pessoa livre. Além disso, em muitas regiões não era “genética”, ou seja, não era extensiva aos filhos e havia ainda diversas possibilidades de ascensão social para escravizados que desapareceram na exploração europeia. A participação de africanos no tráfico é outra ferida difícil de ser tocada. E sim, ela existiu. Embora em escala menor que europeus, africanos comercializavam seus adversários, pois como humanos que eram (pode soar estranha minha sentença, mas ao longo do livro ela ganhará sentido, juro!) eles tinham suas diferenças e rivalidades internas. E assim como os europeus disputavam entre si e aprisionavam inimigos, brigavam por religião e por terras, em Áfricas também havia disputas.

Entretanto, quando europeus começaram a cobiçar carne humana e a transformaram numa mercadoria valiosa, criaram

várias formas de manter seus mercados funcionando, inclusive criando guerras e alimentando conflitos entre diferentes nações africanas para aumentar sua capacidade exploradora dos espólios de guerra. Eles inventaram a escravidão moderna num formato gigantesco, tornando, portanto, o tráfico negreiro uma das maiores tragédias da história humana e nunca nada se aproximou disto em termos de violência, crueldade e degradação. Dizer que a escravização em Áfricas era a mesma que a que se instalou na exploração portuguesa (e nas Américas) é a mesma coisa que dizer que um pingo d'água tem a mesma capacidade de molhar do que um ano chovendo dia e noite. E sim, se a Europa não tivesse metido sua colher em Áfricas, jamais teria se chegado à dimensão de exploração em larga escala como a que se deu.

Portanto, a assim chamada diáspora negra, esse processo violento e complexo que marcou por mais de três séculos a retirada de mão de obra do continente africano para ser escravizada, principalmente nas Américas, marcou para sempre a história do Brasil. E com tintas muito mais significativas que aquelas que contam nos livros da escola. Fomos o país que mais recebeu escravizados e um dos últimos a abrir mão dessa forma de exploração do trabalho. Durante os mais de três séculos, a mão de obra negra foi sangrada de forma “legal” no Brasil. Por isso muitos historiadores insistem em dizer que não se pode falar em escravidão no Brasil, mas sim em escravidões, assim mesmo, no plural, por causa das inúmeras vivências que escravizados e escravizadas enfrentaram em lugares e épocas diferentes. Essa dinâmica de exploração cotidiana em todas as áreas das ações humanas impactou de forma impossível de ser apagada da história do Brasil, seja nas grandes dimensões, seja nas relações cotidianas. Então, pode-se esquecer aquela ideia do escravizado rural que colhia cana e café. A mão de obra negra foi explorada em todas as atividades: havia marceneiros, pedreiros, fabricantes de joias, boticários,



parteiras, músicos, pintores, cozinheiros, ferreiros, carpinteiros; numa lista que me arrisco a dizer infindável de profissões que eram exercidas por negros e negras, africanos e criolos, nas vilas e cidades brasileiras.

Inúmeros são os impactos e efeitos dessa herança macabra no nosso presente. O racismo é uma de suas facetas mais visíveis e perversas, com raízes longas e fundas que se desdobram por várias temporalidades, em diversas áreas do nosso cotidiano.

Esse flagelo se reproduz diariamente nas nossas relações interpessoais com gente que usa tranquilamente termos racistas e pratica atos profundamente violentos que estão diretamente ligados ao nosso passado escravista.

A palavra escravo/escrava é uma que grita nos nossos ouvidos. Essas pessoas não eram escravas, elas foram escravizadas para alimentar riquezas, confortos e privilégios. Escravizadas numa enorme cadeia de interesses que moveu países e permitiu que muita gente hoje viva confortavelmente das heranças adquiridas desse sistema. Então, quando pessoas brancas dizem que não têm culpa da escravidão de que seus antepassados aproveitaram até o último instante, a gente reitera o coro afirmando: Sim! Vocês não têm culpa. Porém, não se animem nessa velocidade toda, pois não há culpa, mas há responsabilidade. Responsabilidade na manutenção de privilégios nos quais a branquitude nada sem esforço e que tem uma ligação direta com esse passado. Entretanto, isso é tema pra outra parte da nossa conversa.

Outra questão que tem que ser banida dos nossos livros, textos, conversas e afins é aquele que diz que africanos “vieram” para o Brasil. Minha gente! Há muita diferença entre vir e ser trazido.

Vir implica em escolha, vontade de estar indo para onde se vai. Trazido é quem é empurrado para onde o outro quer. O que demonstra mais do que o jeito de falar e expressa uma diferença enorme entre migrar por vontade própria e ser movido na base do chicote, da pancada e da humilhação.

Os navios negreiros eram cenários de filmes de terror com dezenas de doenças, pouquíssima comida, espaços minúsculos onde se ficava agachado por dias porque não se cabia em pé, nem deitado. Fezes, urina, vômito e sangue menstrual rolavam de um corpo para o outro, corpos em sua maioria nus e obrigados a uma violenta e degradante intimidade. Estupros e partos aconteciam à vista de todos e sobreviver a eles era algo que ainda carece de explicação. Além das doenças do corpo, havia aquela que matava a alma: o banzo, a saudade tão grande de casa que minava a força de homens e mulheres que eram tomados por uma melancolia e uma apatia tão intensas, tornavam-se como mortos vivos que traficantes muitas vezes preferiam jogar ao mar para alimentar os tubarões que seguiam os tumbeiros, certos da comida farta que sempre era lançada deles, na forma de mortos ou doentes, carga essa que os traficantes se recusavam a carregar.

Outro desafio à sobrevivência era a comunicação entre povos e nações diferentes que não falavam a mesma língua, nem de longe compartilhavam o mesmo sistema de crenças religiosas, até mesmo elementos culturais. Rebeliões, ainda que dificultadas



pelas barreiras culturais e linguísticas, aconteciam com frequência e tem-se a impressão de que, por vingança e deboche, os traficantes punham em seus navios nomes que por si só expressam o grau de perversidade que esse traslado forçado significava: Caridade, Feliz Destino, Regeneradora e Boa Intenção são alguns exemplos. Como dito por Beatriz Nascimento, nascia nesses espaços de dor e sofrimento uma nova identidade que marcou, dali por diante, todas as identidades de gentes não brancas que descendem da diáspora, uma identidade atlântica forjada na travessia, misto de dores profundas, cicatrizes de feridas que nunca se fecham e de resistências que são maiores do que nossa capacidade de as compreender.

Diversas hierarquias, todas atravessadas pela raça, foram se construindo para justificar a exploração degradante do trabalho de escravizados e a reprodução de riquezas que se fizeram a partir dele, em que várias narrativas que se fortaleceram ao longo de séculos sobre África e seus habitantes foram utilizadas para criar “explicações” para tal exploração. A ideia de que africanos eram selvagens, atrasados, sub-humanos foi se fortalecendo no uso diário de termos pejorativos como “boçal”, usado para designar recém-chegados de África e que ainda não dominavam a língua portuguesa, associando um violento choque cultural à burrice e estupidez.

No início do século XX, o nascimento de teorias que se afirmavam científicas serviram para dar base ao racismo científico, que passou a usar a raça como critério de humanidade.

Pesadelo que só ampliou as práticas de profanação, violação e destruição de corpos negros, impedindo que milhares de homens e mulheres negros vivessem com dignidade.

A descoberta de ouro em Minas Gerais marcou um capítulo a mais nessa história. A atividade mineradora e, mais tarde, o café - que dão a cara do Estado - legam a Minas uma fatia grande nesse bolo amargo ao chegar no século XIX como a maior província escravista do Brasil, tendo Juiz de Fora como a maior cidade escravista do período. A proibição do tráfico em 1831 deveria ter posto um freio nisso, mas, não foi assim que fluiu. Logo, traficantes se organizaram para manter o tráfico, até então ilegal, ativo, e tudo com o olhar torto das autoridades governamentais, que sempre olhavam para outro lado quando navios negreiros repletos aportavam nas costas brasileiras. Uma imensa rede de corrupção, propinas e alteração de documentos foi criada e alimentada “permitindo”, entre 1831 e 1850, ano da lei Eusébio de Queiroz, que milhares de africanos fossem trazidos ilegalmente ao Brasil.

Juiz de Fora se emancipa no mesmo ano da proibição. Esse nefasto dado junta com uma cola inseparável a história da nossa cidade à história das escravidões. Desde seu comecinho como arraial, se apoiou no uso da mão de obra escravizada, assim como todo o estado e, segundo o historiador Jonis Freire, a maioria dessa população escravizada nesse período era composta por africanos, em sua grande maioria de homens. E mesmo num período em que a escravização negra já era questionada no Brasil e no mundo, a elite juizforana optou por sua manutenção no recém-nascido município.

Analisando a composição da população escravizada de dois dos maiores proprietários da região - Antônio Dias Tostes e Francisco de Paula Lima - Freire aponta como a compra foi uma das estratégias mais utilizadas para manutenção e crescimento da população escravizada. Ele consegue ainda mapear algumas



das regiões de origem ou de embarque da propriedade dos Tostes, através do inventário de sua esposa Anna Maria Tostes, evidenciando a variedade de origens/regiões/nações que compunham o conjunto de trabalhadores aqui apresentado: Congos, Cabindas, Monjolos e Muanges (da África Central ou Centro Oeste Africano); Benguelas, Cassanges, Rebolos e Angolas (de Angola); Minas (da África Ocidental); Moçambique (da África Oriental). Freire ainda localizou mais 73 escravizados cuja origem não foi possível descobrir.

Essa maioria de presença africana, em especial da região central do continente, nessa maior propriedade escravista do século XIX em Juiz de Fora, não é uma exceção. Outros pesquisadores já apontaram como Minas Gerais, em especial a Zona da Mata, foi a maior consumidora de mão de obra trazida dos portos do Rio de Janeiro e mesmo em propriedades com menor presença africana, como a de Paula Lima, é dessa parte da África que foi trazida a maioria daqueles cuja origem pode ser apurada.

Por sua intensa dependência da mão de obra escravizada e com a proibição do tráfico em 1850, Juiz de Fora transformou-se também em um importante entreposto comercial para o tráfico interno. Segundo a historiadora Dayana de Oliveira da Silva, 32 firmas especializadas se espalharam pela cidade e pelos distritos - um número significativo para uma atividade que movimentava todo tipo de investidores - para um negócio para o qual sempre havia interessados. À medida que a cidade foi se expandindo e ganhando ares mais sedutores para a população se estabelecer, a escravidão urbana ganhou as ruas, marcando o ritmo do trabalho e dos enfrentamentos que atravessavam a violenta sociedade escravista. É neste caldeirão em que se mistura mundo urbano e rural, africanos e crioulos, associados sob a luta pela dignidade e pela liberdade, que saem as histórias que deveríamos ter ouvido na escola.

Referências

FREIRE, Jonis. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano III, No 6, Dezembro/2010. A Inserção dos Africanos na Zona da Mata – Minas Gerais, Século XIX. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88778>. Acesso em: 10 jul 2023.

SILVA, Dayana de Oliveira da. Destinos incertos: negociantes, cativos e o tráfico interno em Juiz de Fora (1870-1880). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

Para saber mais

ARAUJO, Museu Afro Brasil Emanuel. Homepage/O Museu/ Apresentação. São Paulo. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/apresentacao>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM DA UFJF, Associado ao grupo de pesquisa Afrikas. Memória negra em Juiz de Fora. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ufjf.br/labhoi/juiz-de-fora-cidade-negra-centro-de-referencia-sobre-a-memoria-negra-em-juiz-de-fora/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

NOVOS, Instituto Pretos. Institucional/ Educativo. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VOYAGES, Slave. Explore the origins and forced relocations of enslaved africans across the atlantic world. 2021. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

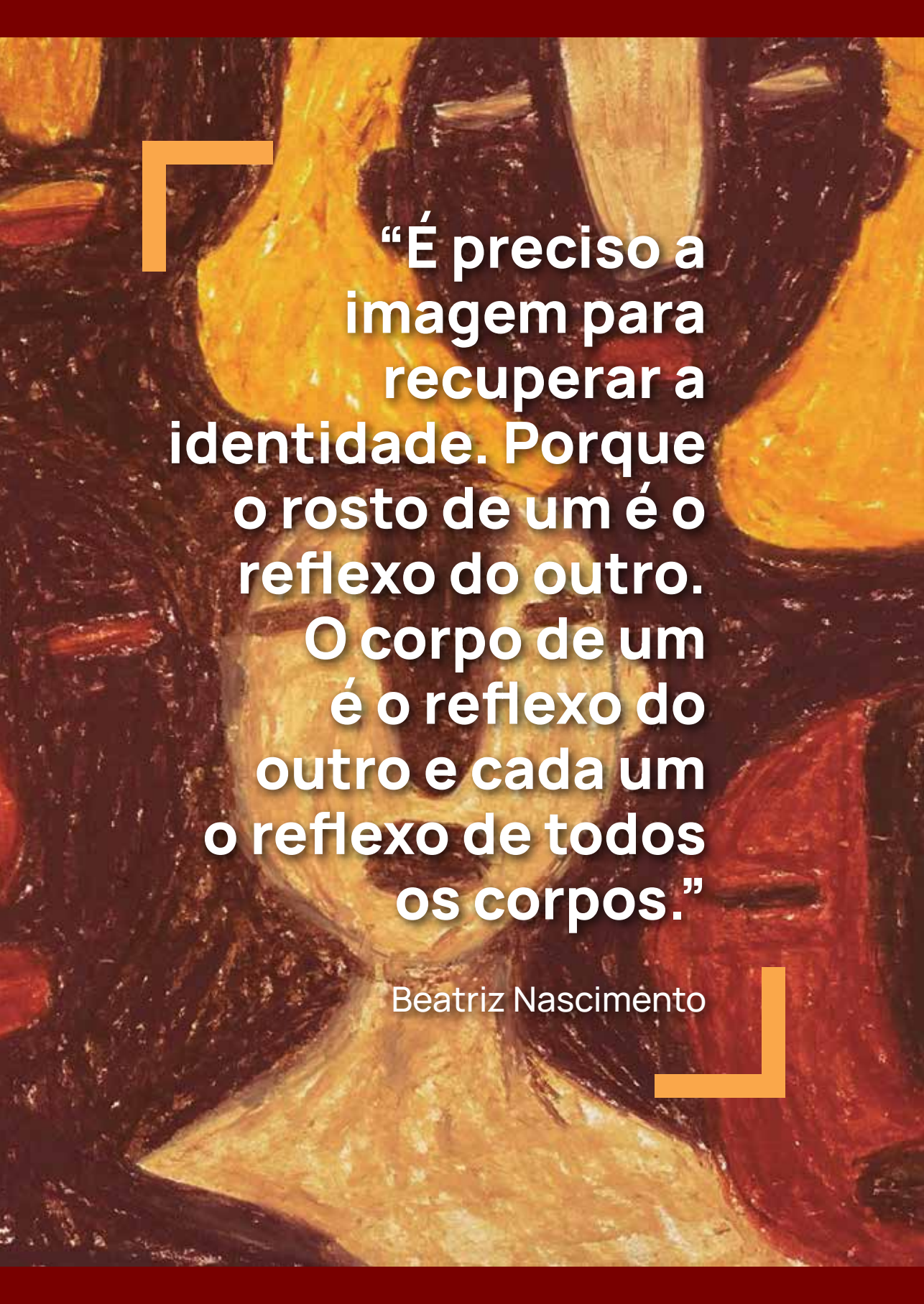
CAMINHOS DA REPORTAGEM. Ecos da Escravidão. TV Brasil, 54:30 min, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xR549adx5Go>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ESCRavidÃO NO BRASIL - Parte 1. Documentário/ Série Abolição. Canal Rádio e TV Justiça, 29:50 min, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MTfBJkmbSzY&t=180s>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HISTÓRIA DA ÁFRICA. Cadernos Penesb – Aula da Professora Doutora Mônica Lima e Souza (UFRJ). 26:18 min, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CAUom6E7Wp8>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LABHOI/ UFJF, Canal. Extensão da Rede de Pesquisas da UFJF voltados ao estudo da memória da escravidão, do patrimônio imaterial afro-brasileiro e da história oral. Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/LABHOIUFJF>. Acesso em: 11 jul. 2023.



An abstract painting with warm, earthy tones of orange, yellow, and brown. It features several faces, some of which are partially obscured or merged into the background. The texture is thick and expressive, with visible brushstrokes. The overall mood is contemplative and somewhat somber.

**“É preciso a
imagem para
recuperar a
identidade. Porque
o rosto de um é o
reflexo do outro.
O corpo de um
é o reflexo do
outro e cada um
o reflexo de todos
os corpos.”**

Beatriz Nascimento



Corpos negros

Carla Cristina Carvalho Pereira¹⁵

Vou começar este texto contando uma experiência vivida há pouquíssimo tempo na escola pública em que trabalho, uma escola de periferia composta por mais de 80% de alunos pretos e pardos. Uma mulher branca ofereceu seus serviços de fotógrafa para um daqueles registros “clássicos” das crianças, sentadas em uma carteira com o nome da escola ao lado. Obviamente não seriam todos os alunos, só aqueles que pudessem pagar pela fotografia. No dia marcado para as fotos, presenciei a seguinte cena: a fotógrafa branca, munida com todo um arsenal de cremes e tendo à mão um pente de dentes finíssimos, único para uso coletivo, empreendia uma firme tentativa de “ajeitar” os cabelos das crianças pretas, pois, segundo ela, estariam inadequados para o registro. Confrontada, a branca não viu problemas na

¹⁵ Licenciada em Educação Física pela UFJF, Pós graduada em Educação Física escolar pela UFJF, Mestra em Educação pela UFF, Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora.



sua intervenção já que as crianças não estavam “suficientemente bonitas”, claro, para suas lentes racistas.

Os episódios seguintes não foram nada animadores, já que a fotógrafa contou com a simpatia e solidariedade de parte da equipe diretiva e de vários educadores brancos da escola, os quais não viram problema algum na “bem-intencionada” e, “mal-interpretada” atitude da mulher. Explícito ficou que ela, ao se sentir no direito de violar corpos negros de uma forma tão brutal que chega a dar náuseas, era só a ponta de um problema gigantesco que tem como signo a forma como esses corpos são pensados, sempre vistos como inadequados, como não suficientes.

Corpos negros são violentados e marcados de forma negativa neste país desde sempre. Com a introdução forçada dos primeiros escravizados ao Brasil, o corpo negro era visto como mercadoria, animalizado, roubado em sua identidade e seu direito à história. Essa transformação de humanos em coisa, em objeto, roubou sua humanidade e foi parte de uma estratégia para oprimir e manter o processo de escravização ao tentar tornar os escravizados dóceis e “adestrados”, exercendo direitinho os papéis e tarefas que supostamente lhes estavam destinados.

O Brasil escravocrata atribuiu aos corpos negros características humilhantes, colocando neles erotização, partindo da visão de homens e mulheres negras como “animais sexuais” destituídos de afeto ou de sentimentos. As mulheres negras, para além do trabalho forçado, sofriam todo tipo de violência sexual e ainda amamentavam e cuidavam da prole dos brancos. O negro escravizado era escolhido a partir de sua robustez e seus atributos físicos, os quais eram essenciais para o trabalho forçado. Há histórias, inclusive, de escravizados chamados de “reprodutores”, que tinham a função de “gerar filhos e, em muitas situações, eram considerados inferiores a animais.

Para tais fatos, diversas justificativas foram criadas para que dessem sentido (como se fosse possível) às inúmeras violências que perpassavam a vivência desses homens e mulheres. A tradição religiosa portuguesa, apoiada com toda força na Igreja Católica, criou infinitas narrativas que justificassem as safadezas que eles faziam com nossos ancestrais. Sendo assim, o “pecado” estava sempre no outro, pois o Brasil colônia via nos escravizados a culpa por práticas depravadas e de libertinagem sexual. Segundo Santos:

A cultura cristã-católica de repressão das relações afetivo-sexuais contribuiu de forma decisiva para a transformação do erotismo e da sexualidade em assuntos tabus em nossa sociedade, sempre evitados e rejeitados socialmente através dos tempos. No processo de colonização e escravização de africanos e afro-brasileiros no Brasil é onde se encontram as possíveis origens dos mitos e estereótipos relacionados ao erotismo e à sexualidade do homem negro, como sua hipersexualidade¹⁶ e macrofalia¹⁷ hipotética, presentes no imaginário coletivo até nossa atualidade. As violentas tentativas de desumanização, zoomorfização¹⁸, coisificação e animalização dos corpos de homens negros na diáspora africana através do tráfico humano transatlântico, que acabou desencadeando processos de (re) invenções de suas respectivas identidades, masculinidades e sexualidades (...). (2014, p. 1)

Mesmo após séculos da abolição, mulheres e homens negros continuam sofrendo abusos, violência e exploração de seus corpos, tendo que lidar constantemente com estereótipos e imagens pautadas em teorias racistas. Pessoas negras ainda

¹⁶ Apetite sexual excessivo.

¹⁷ Tamanho avantajado do pênis.

¹⁸ Zoomorfização é uma figura de linguagem que aproxima e descreve o comportamento humano como de um animal, o homem é tratado como um animal.



são subestimadas em sua capacidade intelectual, marcadas como menos inteligentes ou vistas como destinadas apenas a atividades braçais e supervalorizadas em sua força física. Corpos negros continuam sendo hiper sexualizados e coisificados, vistos como mais propícios à violência, menos educados e mais raivosos em oposição ao branco, esse sim, sempre visto como limpinho, “bunitinho”, elegante e bem-educado.

Tais imagens e representações repetidas exaustivamente acabam fazendo parte do imaginário social acerca dos corpos negros e tornam-se “verdades” difíceis de serem questionadas, como por exemplo: a da mulher negra como a “mulata quente”; a “ama preta quase da família”; a “negrinha raivosa” ou “arrogante”. O homem negro visto como viril e “bem-dotado”, preguiçoso, beerrão, malandro, violento, propenso ao crime. A criança preta que é feia e que tem cabelo que precisa ser “domado”.

O resultado disso é devastador, transformando corpos negros em corpos diariamente marginalizados: são os que a polícia mais mata, são sempre os mais violentados, ignorados e humilhados. Supostamente “mais resistentes”, a dor negra não gera a empatia do branco. Mulheres negras sofrem violências obstétricas e são menos anestesiadas. Meninas negras – hiper sexualizadas – consideradas mais “fáceis” e “maliciosas”, inclusive na infância, são as maiores vítimas de casos de abuso sexual no Brasil, assoladas pelo racismo estrutural e pela vulnerabilidade social¹⁹.

¹⁹ De acordo com a plataforma “Violência contra a mulher em dados”, entre 2011 e 2017, mais de 45% dos casos de abusos sexual registrados no Brasil foram de meninas negras de 0 até 9 anos. No mesmo período, quando analisamos os números referentes às meninas brancas, este percentual cai mais de 7%.

Para entendermos as violentas opressões que os corpos negros sofrem historicamente, recorremos ao conceito de imagens de controle construído por Collins²⁰ ao discutir o pensamento feminista negro estadunidense. Para ficar mais fácil, funciona mais ou menos assim: para manter o controle sobre corpos negros nos dias de hoje, as pessoas distorcem do passado crenças que lá já eram maldosas e as repetem com “roupas novas”: a negra que se rebelava vira a negrinha atrevida, o negro que fugia vira o negro rebelde; a mulher negra que suportava dores inimagináveis para se manter firme junto à sua família vira forte pra tudo, inclusive para aguentar as punições, e por aí vai.

Tudo que era símbolo de resistência é distorcido e usado contra a população negra. De fortes viraram perigosos, de rebeldes viraram caso de polícia, construindo uma versão que nunca conta como essas características nasceram da necessidade de reagir às enormes violências que os atingiam. Assim, essas imagens de controle trazem para o presente as crenças tortas, coloniais e escravagistas sobre pessoas negras, contribuindo na perpetuação eterna da dominação e manutenção dos privilégios econômicos e sociais de determinados grupos.

De tal modo, elas seguem servindo para definir negros e negras, para garantir o controle do poder político e social, de forma a assegurar que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. (COLLINS, 2019, p. 139)

²⁰ No livro *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (2019), a teórica feminista e socióloga estadunidense Patricia Hill Collins destaca a categoria imagens de controle como um dos temas principais do pensamento feminista negro.



Nesta linha, mulheres e homens negros seguem sendo vistos como selvagens, distantes do humano que é exclusivo do branco. Um exemplo disso é que as especificidades do “ser mulher”, aquelas marcadas pela sensibilidade e pela delicadeza, pertenceriam às mulheres brancas de classes altas e médias; já para mulheres negras, outras representações são destacadas. A partir dessa leitura, Collins define quatro imagens de controle que seriam associadas às mulheres não brancas:

A mammy, imagem de controle descrita pela autora e difundida nos Estados Unidos, semelhante à figura de mãe preta no Brasil (a serviçal fiel e obediente, responsável pelo cuidado dos brancos e que “deixou” sua prole para cuidar dos filhos dos brancos). Estamos diante de uma imagem “[...] criada para justificar a exploração econômica das escravizadas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico” (Collins, 2019, p. 140). Na nossa cultura, seria a personagem Tia Anastácia, figura permanentemente desqualificada como burra, ignorante e incapaz de educação formal, na obra *Sítio do Pica Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato. A mammy é, geralmente, representada como uma mulher negra, gorda e que não tem um companheiro e filhos, sendo dedicada e submissa às famílias brancas, se tornando “praticamente da família”. Tal imagem tem o objetivo de justificar e amenizar a submissão junto com a lógica de fixação das mulheres pretas ao trabalho doméstico. Essa imagem seria, como sustenta Collins, a face pública que os brancos esperam que as mulheres negras assumam diante deles.

A matriarca negra seria a figura materna nas famílias negras, que, por passarem tempo demais fora de casa trabalhando, não conseguiriam dar assistência aos próprios filhos, contribuindo para o fracasso escolar e pessoal deles. Ao responsabilizar e culpabilizar as mulheres negras pelo fracasso, permanente precariedade e vulnerabilidade estrutural a que estão submetidas as famílias

negras, essa imagem de controle desloca a responsabilidade dos problemas de desigualdade política e econômica, tirando do Estado seu dever de reparação social em relação à população negra em sociedades estruturalmente racistas e sexistas. A figura de controle da matriarca ajudaria, assim, a explicar a permanência social das pessoas negras em lugares de subalternidade, culpabilizando a própria vítima.

A terceira imagem de controle descrita por Collins seria a da mãe dependente do Estado, também qualificada como mãe negra ruim e mammy fracassada. Por ser atendida por programas de assistência social públicos - benefícios a que tem direito por lei - essa mulher seria “[...] retratada como uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes” (Collins, 2019, p. 152). Essa seria, então, uma mulher representada como mãe solo, preguiçosa, ociosa e que se acomodou em sobreviver das “benesses” do Estado. Tal imagem, mais uma vez, desloca a culpa e a responsabilidade das fontes estruturais da pobreza, tirando-as do Estado e transferindo-as para as vítimas, as quais são sempre vistas como folgadas, preguiçosas e aproveitadoras da sua condição de pobreza.

A quarta e última imagem descrita pela autora é a da Jezebel²¹, a prostituta ou a *hoochie*²². Essa imagem representaria a mulher negra como a detentora de um apetite sexual excessivo, praticamente uma selvagem sexual em que a sexualidade negra representaria um sinal natural de inferioridade racial, construída

²¹ “A imagem da Jezebel surgiu na época da escravidão, quando as mulheres negras eram tratadas, segundo Jewelle Gomez, como ‘amas de leite sexualmente agressivas’ (Collins, 2019, p. 155).

²² Uma importante análise sobre a obra de Collins é feita por Winnie Bueno, no livro *Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins*, de 2020.



e retroalimentada pelo patriarcado branco, o que - de acordo com Collins - justificaria e autorizaria, inclusive, os frequentes ataques sexuais às mulheres negras escravizadas pelos proprietários brancos. No Brasil, essa imagem de controle corresponderia à figura da mulata.

Frequentes, amplamente comuns na sociedade e raramente questionadas, as imagens de controle são, portanto, poderoso instrumento de dominação e definição de papéis sociais a serem cumpridos pelas mulheres pretas, de maneira que perpetuam os padrões de violência e poder historicamente constituídos, buscando a manutenção de lugares designados e subordinados dentro da estrutura social, refletindo os interesses e as visões de mundo de uma hegemonia branca masculina. Quaisquer desvios ou rupturas que desagradem à branquitude são tidas como indesejáveis e perigosas para os brancos, que logo se organizam para empurrar essas mulheres para lugares dos quais - segundo eles - jamais deveriam ter saído.

Importante destacar que, embora o conceito de imagens de controle seja uma construção de Patrícia Hill Collins nos anos de 1990, a discussão acerca das imagens associadas à mulher negra já se fazia presente no Brasil desde meados dos anos 1980. Lélia Gonzalez, importante intelectual negra brasileira, no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), analisou que na sociedade brasileira, a imagem da mulher negra está restrita às figuras da mulata, doméstica e mãe preta. Para a autora:

A figura da mulata; tão evidenciada e erotizada pelo carnaval, cuja “malemolência perturbadora” atrai olhares e suspiros masculinos; representa a objetificação, a fragmentação corporal e os “olhares aqueles direcionados às mercadorias” em relação ao corpo negro feminino. (Gonzalez, 1984)

Já a imagem da doméstica personaliza a mucama permitida, aquela que desempenha o papel de cuidado e organização da casa branca burguesa. A doméstica é a que presta “[...] bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984).

Por fim, a figura da mãe preta - apontada por Gonzalez - representa a ama de leite, responsável pelas funções maternas, pelos cuidados e socialização das crianças brancas, sendo muitas vezes obrigadas a amamentá-las e cuidarem dos trabalhos domésticos das famílias brancas. Vistas pelo imaginário racista do branco como a negra cheia de bondade e ternura. A mãe preta, por vezes, foi considerada um exemplo de submissão, dedicação e servilismo absoluto. Tanto González quanto Collins, discutem as imagens referentes à figura da mulher negra a partir do olhar do feminismo negro e partindo de um projeto político de luta contra a opressão, articulando raça, gênero, sexualidade junto a classe e a partir da mobilização de mulheres negras em prol de equidade e justiça social destas.

Apesar de fundamental, a discussão proposta pelas intelectuais citadas acima não contempla os estereótipos e opressões impostos para homens negros no Brasil. Justamente nessa linha – partindo do conceito de imagens de controle formulado por Hill – é que o pesquisador brasileiro Milton Ribeiro se propõe a identificar como o racismo articula as relações dos homens negros com seu corpo, lugar e imagem (Ribeiro, 2020). Lançando o olhar sobre as formas mais comuns de referir-se de maneira negativa a homens negros – tais como agressivos, sexualmente potentes, fortes, fisicamente capazes, corajosos etc. –, o autor analisa como essas imagens de controle atuam sobre homens pretos e os processos de representação do corpo negro masculino na sociedade brasileira. Segundo Santos, tais imagens contribuem para construir, no Brasil, figuras correspondentes para os homens pretos, já que:

O debate aqui encontra-se associado às representações, estereótipos e estigmas constituintes de um ser homem racializado, sexualizado e objetificado na sociedade brasileira. As masculinidades negras, portanto, encontram suas bases em uma complexa retroalimentação das imagens negativas sobre a aparência, o corpo e a cor da pele, dos ideais de hipermasculinidade, força e poder e das crenças do apetite sexual excessivo, da genitália grande e da atividade sexual como penetrador. (RIBEIRO, 2020, p.129)

Sendo assim, o autor define cinco imagens de controle para auxiliar na compreensão das representações do homem preto na sociedade brasileira, as quais seriam:

O pivete – imagem ligada à figura do homem negro que, já na infância, é lido como potencial ameaça, o “bandido em construção”, o marginal ainda em fase inicial, que, por flertar com a criminalidade, é potencialmente um negro perigoso. De acordo com Santos, essa imagem faz parte do imaginário social brasileiro representada no folclore pelo Saci Pererê, na literatura representados pelos “pivetes” de Jorge Amado em *Capitães da Areia*²³ (1937), na música como na composição “Pivete” de Chico Buarque (1978), além dos noticiários que tratam esse menino como bandido, marginal, infrator.

O cafuçu – imagem ligada ao garoto jovem preto, de corpo atlético, em condição de vulnerabilidade social, que também flerta com o ilícito e com a marginalidade, ou ainda dentro da legalidade

²³ A trama aborda o cotidiano de um grupo de cerca de quarenta menores (entre 9 e 16 anos) que vivem num velho armazém abandonado no cais do porto. A rotina do grupo era andar pela cidade pedindo dinheiro ou roubando algo para comerem. Como cometiam furtos, eles aterrorizaram boa parte da população e, apesar da polícia na sua “cola”, não podiam ser presos por causa da idade.

- que se ocupe de profissões de menor prestígio social. Idealizado como agressivo, portador de um pênis avantajado e destacado desempenho sexual. Segundo Santos essa imagem também aparece na literatura, através de obras como “Bom-Crioulo” (1895), romance naturalista de Adolfo Caminha; no cinema com o filme “Sócrates” (2019), de Alex Moratto; no teatro com a peça “Oboró” (2020) dirigida por Rodrigo França; e na música com a composição “I love cafunu” (2012) da Banda Uó.

O Mussum – imagem relacionada ao homem negro adulto, ou de meia idade, figura carismática vista como o “malandro” que abusa do álcool e outras drogas, gosta de samba, de carnaval, mas que não é afeito ao trabalho, vivendo de bicos ou atividades ilegais. Divertido e entrosado, geralmente é humilhado pelo racismo recreativo dos “amigos” brancos. Essa imagem de controle evidencia o lugar ocupado pelo homem negro na sociedade de classes quando adulto e é representada através do racismo recreativo por figuras como o Grande Otelo e Tião Macalé, mas principalmente, pela figura do Mussum, personagem de “Os Trapalhões” dos anos 1960 até meados dos anos 1990²⁴. Santos atenta ainda para a romantização dessa imagem através da música “Meu Ébano” (2005), interpretada por Alcione.

²⁴ A personagem Mussum, exibido em horário nobre na principal emissora de TV do país, era um malandro, preguiçoso e alcoólatra - não era visto sem empunhar uma garrafa de cachaça - ou, como dizia, “mé”. Falando um português “engraçado”, que misturava uma fala de bebê com uma pronúncia “errada”, como se não dominasse o padrão da língua portuguesa, Mussum servia sempre de chacota para os outros “Trapalhões” em meio a falas racistas. No Brasil, muitos não conhecem a trajetória e relevância de Antônio Carlos Bernardes Gomes. Estudioso e dedicado, formou-se ajustador mecânico, serviu por oito anos a Força Aérea Brasileira e foi um importante nome no samba brasileiro, tendo fundado o grupo “Os Originais do Samba” e, com o grupo, gravado 13 álbuns. Nos anos de 1970, Os Originais roubavam os olhares do país, com coreografias e roupas coloridas que os tornaram muito populares na tevê, tendo o grupo se apresentado em diversos países. Nos anos 1970 e 1980, Mussum era um dos poucos artistas negros na TV. No entanto, para a branquitude, a trajetória de Antônio Carlos limita-se e confunde-se com a da personagem Mussum, reflexo da imagem e dos estereótipos propagados acerca do homem negro no país.



O pai João – imagem relacionada ao “negro apaziguador”, bondoso, “doméstico e domesticado”, de idade avançada e, por isso, um tolo facilmente ludibriado. De acordo com Santos, essa é uma imagem de controle emblemática por mobilizar todas as ideias decorrentes do período de escravidão no Brasil: “articula a premissa da docilidade e aceitação da população africana em diáspora com a estrutura de dominação racial e escravocrata” (Ribeiro, 2020, p. 130). Tal imagem é materializada na personagem do Pai Thomás, figura presente na literatura, no cinema e em novelas, dentro e fora do Brasil.

A bicha preta – a qual, segundo Santos, é a imagem mais complexa por articular vários eixos de diferenciação social como raça, sexualidade, gênero, classe, lugar de origem, idade/geração. De acordo com o autor, “a bicha preta não seria o homem ativo que sua raça evocaria, mas poderia ser a mulher passiva que sua performance arranha; porém, tampouco seria a mulher ideal porque sua raça corporifica a abjeção masculina preta e também não é o homem perfeito porque sua sexualidade denuncia a dissidência” (Ribeiro, 2020, p. 131). Essa figura seria representada na mídia pela Vera Verão, retratada em “A Praça é Nossa”, programa do SBT, e pela dançarina Lacreia, famosa nos anos 2000.

A grande armadilha representada pelas imagens de controle é que elas subtraem as pluralidades das pessoas negras, reduzindo-as a representações sempre negativas - colocadas como universais que desumanizam, inferiorizam, ridicularizam, aprisionam, controlam e roubam a identidade do corpo negro, restringindo todas as possibilidades desse corpo estar no mundo. Imagens de controle são um eficiente dispositivo de poder e de dominação socioeconômica baseadas exclusivamente nos

interesses das pessoas brancas, fundamental para a reafirmação do pertencimento dos grupos hegemônicos e manutenção das hierarquias sociais. São essas imagens que contribuem na exclusão das pessoas pretas do mercado de trabalho, da educação formal, da participação na política e em diversas esferas da vida social.

É esse corpo negro aviltado, silenciado, tido como raivoso, indomável e inadequado aos padrões da branquitude que pode ser tocado, violado, violentado e penteado, a partir do delírio branco de como a negritude deve ser. Se torna preciso, urgentemente, desconstruir tais representações, subverter os estereótipos raciais negativos e lutar por novas formas de representação e de visibilidade que rompam com as imagens de controle instituídas, se quisermos pôr fim ao racismo institucionalizado na nossa realidade.

Referências

DAEFIOL, Regina Célia. Black is beautiful: o ensino de história a partir da cultura soul como expressão de resistência durante a ditadura militar no Brasil (1970-1980). In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE

HISTÓRIA DA ANPUH-PE (Evento online) 15 a 18 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-p-e-eeh2020/1600611484_ARQUIVO_0f212f1154d3deb2a850d69b188b2239.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Teatro Experimental do Negro (TEN). Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>. Acesso em: 02 out. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Movimentos Negros. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/movimentosnegros/>. Acesso em: 28 set. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: Estudos Avançados. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224. Teatro Experimental do Negro. In.: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-do-negro-ten>. Acesso em: 03 nov. 2015.

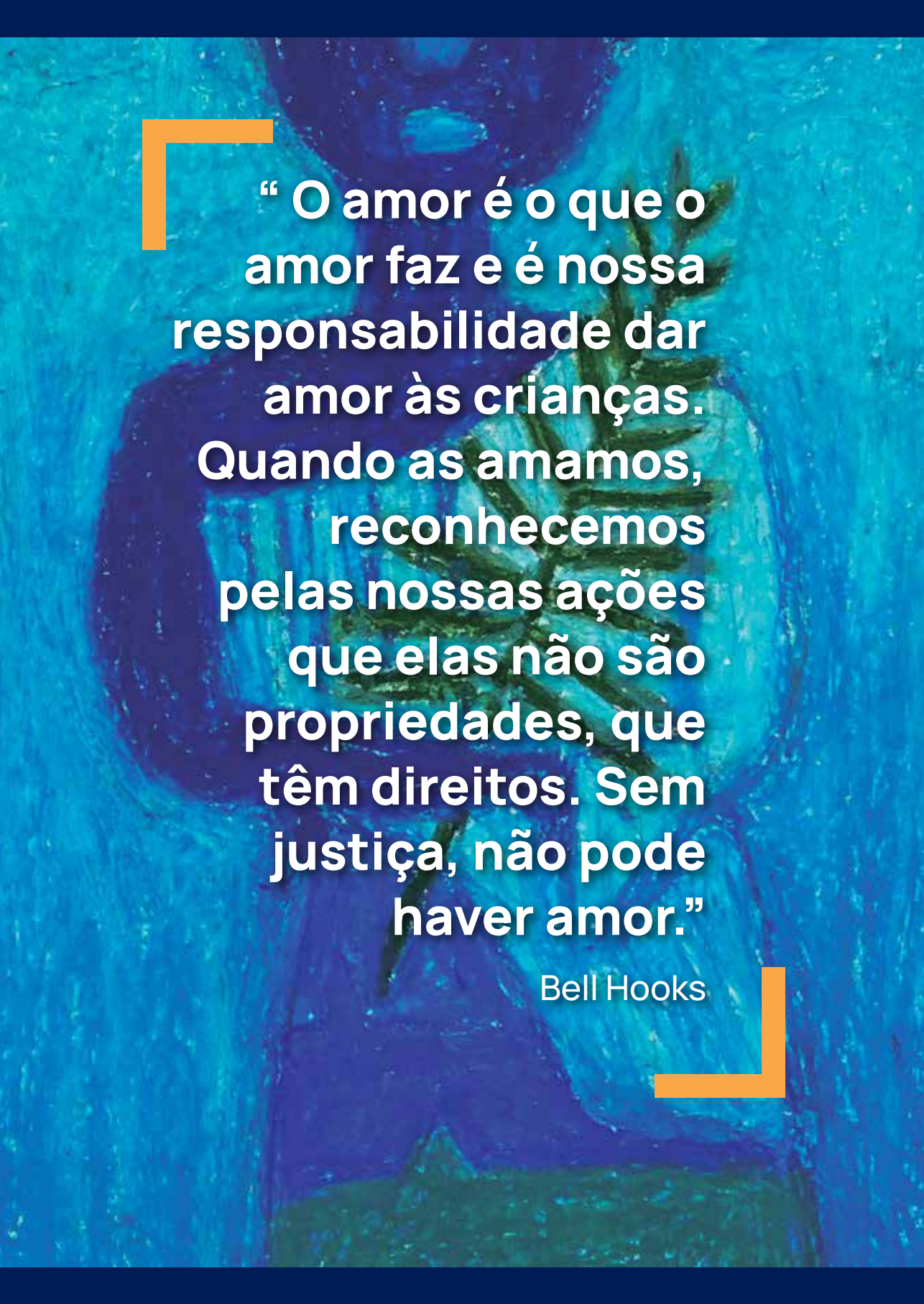
Para saber mais

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil – O negro nas telenovelas brasileiras. Filme. 1 hr e 46 min. e 02 segs. 2001. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=367689310418011>. Acesso em: 24 nov. 2023.

EMICIDA. Eminência Parda part. Dona Onete, Jé Santiago e Papillon. Clipe. 5:45 min. Maio, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fXHpmuPJ4Ks>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PRADO, Caio. Não Sou Teu Negro (Lyric Video). Vídeo. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qctO0rX24BU>. Acesso em: 24 nov. 2023.





**“ O amor é o que o
amor faz e é nossa
responsabilidade dar
amor às crianças.
Quando as amamos,
reconhecemos
pelas nossas ações
que elas não são
propriedades, que
têm direitos. Sem
justiça, não pode
haver amor.”**

Bell Hooks



Infância Negra

Ana Paula dos Santos²⁵

Taí, dentre a dureza dos temas que aqui esbarramos, um dos mais sofridos. Em especial para mim, a menina negra que fui e que cresceu num país racista. E não se iludam: não há proteção para crianças negras, nem blindagem que as protejam de todas as formas que o racismo opera, pois, tristemente, infâncias estão sujeitas aos mesmos parâmetros que a vida adulta – “sejam eles econômicos, tecnológicos, culturais, e assim por diante”. (Qvertrup,2018)

Durante o período de escravização, o acesso a quaisquer formas de direito era quase inexistente para crianças negras. Expostas às mesmas condições que adultos, eram atravessadas pela exploração de seu trabalho precoce e por sua condição de propriedade. O direito à família, ao cuidado de seus filhos foi uma das lutas mais duras travadas por famílias negras no Brasil e muitas delas optaram por libertá-los antes de si mesmas na esperança de um futuro que tivesse a liberdade como horizonte. A maioria das crianças negras escravizadas era proibida de frequentar escolas

²⁵ Pedagoga por formação. Especialista em Gestão Escolar. Mestranda em Relações Étnico-raciais pelo PPRER-CEFET/RJ



formais: além de serem vistas como trabalhadoras, sofriam os efeitos da crença de que corpos negros não são aptos para o aprendizado intelectual. Tudo isso somava-se ao fato de que éramos, mesmo entre brancos, um país de analfabetos.

Enquanto sobre crianças brancas construiu-se uma ideia de cuidado, de fragilidade, recai sobre crianças negras, desde sempre, uma ideia de não infância, de uma precoce “adultização” que as coloca quase sempre sob a ótica do perigo, do fracasso e da marginalização. Assim, elas nunca foram pensadas como sujeitos a serem protegidos, cuidados e isso se reflete hoje em diversas formas de vulnerabilidades. Um marco dessa precarização do cuidado e prova da violência precoce que as atinge é a violência obstétrica²⁶ que afeta negativamente as crianças negras de várias maneiras, podendo resultar em danos físicos e emocionais significativos.

Estudos vários apontam que mulheres negras têm maior probabilidade de serem submetidas a procedimentos médicos invasivos, como cesarianas, sem necessidade médica, em comparação com mulheres brancas. Isso coloca as crianças negras em maior risco de complicações no nascimento e sequelas a longo prazo. Além disso, a violência obstétrica impacta negativamente o vínculo mãe-bebê e o desenvolvimento emocional das crianças. Quando uma mãe negra experimenta violência obstétrica, ela pode sentir-se traída e angustiada. Esses sentimentos podem afetar sua capacidade de se conectar emocionalmente com seu filho, o que pode ter consequências significativas no desenvolvimento da criança. A violência obstétrica também pode atuar como forma de reforçar estereótipos negativos sobre as mulheres negras e

²⁶ A violência obstétrica é um termo usado para descrever práticas médicas abusivas, negligentes ou desrespeitosas durante o parto. Isso pode incluir desde tratamento insensível até intervenções médicas desnecessárias e traumatizantes.

sobre sua capacidade de cuidar de seus filhos, o que influencia diretamente na maneira como as crianças negras são tratadas e percebidas pela sociedade em geral.

A chegada aos sistemas educacionais, conquista histórica pleiteada pelo movimento negro, é também um desafio a ser repensado a partir das nossas crianças. Eliane Cavalleiro²⁷, em sua pesquisa de mestrado, aponta resultados chocantes ao mostrar inúmeras situações de preconceito racial ocorridas durante as aulas, nas quais professores dão tratamento diferenciado, excludente e humilhante às crianças negras. Fazendo coro com diversas outras pesquisadoras, ela aponta como, desde de muito cedo, a criança negra é marcada pela construção de que ser negro é feio, é mau, é incorreto e que os espaços de poder e afeto não lhe pertencem. Propagandas, novelas, filmes, livros afirmam o tempo todo que apenas a criança branca é pertencente aos melhores espaços de poder e toda sua ancestralidade é potente (cientistas, escritores...), enquanto as histórias sobre os ancestrais das crianças negras são só sobre sofrimento e humilhação escravizados que foram, jogados à própria sorte e fixados em espaços de subalternidade (porteiros, cozinheiras, serviços domésticos, moradores de rua, presos). Isso é fatal para a forma como a criança negra se entende e se lê, para uma criança que está no processo de construção de sua subjetividade e essas informações e afirmações causam danos enormes, alguns para sempre. E tem mais: pesquisas sobre livros didáticos são férteis em apontar como estereótipos racistas atravessam as escolhas e silenciam sobre a participação negra na sociedade brasileira, livros que nunca contam as tantas histórias sobre sucesso, resistências e criatividade da população negra.

²⁷ Escritora mineira, Mestra em Educação, pela Faculdade de Educação - USP (1998) e Doutora também pela Faculdade de Educação - USP (2003).



Este é, possivelmente, um fator importante a ser considerado quando pensamos a frequência com que crianças e jovens negros abandonam (ou são empurrados a abandonar) a escola. A criança negra tem dificuldades de se ver nas abordagens dos conteúdos e na própria instituição da qual faz parte, o que dificulta a construção da sua identidade. Nas escolas, ela não consegue perceber o seu passado, o presente por ela vivido e não vislumbra um futuro, já que o silêncio e a distorção sobre seu passado apagam as possibilidades de valorização das suas raízes históricas. “Um indivíduo ou grupo de pessoas pode sofrer um verdadeiro dano, uma autêntica deformação, se a gente ou a sociedade que os rodeiam, lhes mostram como reflexo uma imagem limitada, degradante, depreciada sobre ele”. (Taylor, 1994. p.58)

Nesse cenário, é compreensível que crianças negras se sintam impulsionadas a negar sua identidade diante das perversidades ouvidas nos diferentes espaços, seja ele escolar, social, lazer e nas mídias, numa tentativa de se livrar das dores trazidas pelo racismo. Através dos estudos de Munanga²⁸, podemos perceber que a identidade está relacionada ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo social e, portanto, por mais que ela fale sobre nós de forma individual, é, na maioria das vezes, construída coletivamente. Além disso, as características que identificam um grupo são pensadas de forma comparativa, daquilo que permite distinguir o sujeito e sua comunidade do restante da sociedade. Consideramos que estas reflexões são importantes para pensarmos as construções das identidades da criança negra no espaço escolar. Para se sentir pertencente a um grupo, valorizar suas características físicas, culturais, políticas e sua ancestralidade, a criança

²⁸ Kabengele Munanga é um estudioso das relações raciais no Brasil e tem dedicado muitos de seus estudos para compreender como negros constroem formas de se entender e de estar no mundo a partir dos impactos do racismo em suas vidas.

deve se ver representada no discurso e na prática escolar, nos currículos, conhecendo suas tradições e como o seu grupo se relacionou e se relaciona com outros segmentos sociais.

Professores e escolas que reproduzem falas e práticas excluídas reforçam de maneira perversa um ciclo de violências que só servem para fortalecer identidades negras atravessadas pela baixa autoestima, inseguranças, adoecimento, falta de fé em si mesmo e em fracasso escolar.

Precisamos entender que a criança negra não é “moreninha”, “marronzinha” nem pretinha. Quando a criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado às pessoas pertencentes a este grupo racial. O que ela não quer é ser ironizada... Assim, melhor do que chama-la de “moreninha” para disfarçar a sua negritude é cuidar para que ela receba atenção, carinho e estímulo para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo. (CAVALLEIRO, 2001 p.156)

Cavalleiro reafirma que a postura dos professores referente às crianças negras não só inferiorizam e violentam, mas também impossibilitam o desenvolvimento e a aprendizagem dessas crianças. Importante lembrar que crianças não entendem o que é o racismo e passam a acreditar que são culpadas pelo tratamento desigual que recebem, desejando cada vez mais se afastar de tudo que lembra ser negro em sua aparência, vida e histórias. Mas essa discussão não é nova e nem a estamos inventando aqui. Faz tempo que o movimento negro está nessa luta e, mesmo com implantação da Lei 10.639/2003, que altera a Lei 9394/1996, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece a bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino



a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- brasileira”, ainda há muito a caminhar para sua efetiva implantação e para que crianças e adolescentes negros tenham uma educação que respeite suas identidades e sua história.

Para além dos muros da escola e durante a construção de suas sociabilidades, diversos estereótipos vão derrubando as perspectivas de sucesso dessas crianças: o do menino que só serve para o futebol ou para o trabalho braçal, o da menina precocemente hiper sexualizada e que só se mete em confusão, o de crianças que estão sempre nos grupos com dificuldades de aprendizagem mas nunca entre os alunos com altas habilidades, o dos questionamentos sobre a higiene das tranças e dreads, o das pressões para que meninos cortem seus cabelos para não serem “confundidos” com marginais.

Crianças e adolescentes negros ainda são os mais alvejados em ações do Estado, sofrem mais com a violência policial e são a maioria em situações de vulnerabilidade social, trabalho infantil e violência. Esses dados escancaram que a infância negra ainda é um projeto a ser pensado como espaço de cuidado, alegria e bem-estar. E que diferentes agentes precisam formar parcerias para que tenhamos novas perspectivas.

Referências

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

_____. O movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, 2ªed.; 3 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e identidade).

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Qvortrup, Jens. As crianças são seres humanos ou devires humanos? Uma avaliação crítica do pensamento sobre resultados. Revista

Internacional de Ciências Sociais, Universidade Católica do Sacro Coração. CXVII, n. 3-4, p. 631-653, 2009.

TAYLOR, C. A Política de Reconhecimento In: Multiculturalismo (Examinando a Política de Reconhecimento) Lisboa: Instituto Piaget 1998 (publicação

original 1994), p.58. IBGE <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/07/pesquisa-do-ibge-revela-o-tamanho-da-desigualdade-que-a-educacao-brasileira-ainda-enfrenta.ghtml>

Para saber mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Faça a diferença - Infância e Representatividade Negra. Vídeo. 30 min. e 52 segs. Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JWZyNFOp9os>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CANAL PRETO. Infância Preta - Por uma Negritude Positiva. Vídeo. 8:07 min. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cOlSPaBD7v0>. Acesso em: 05 nov. 2023.

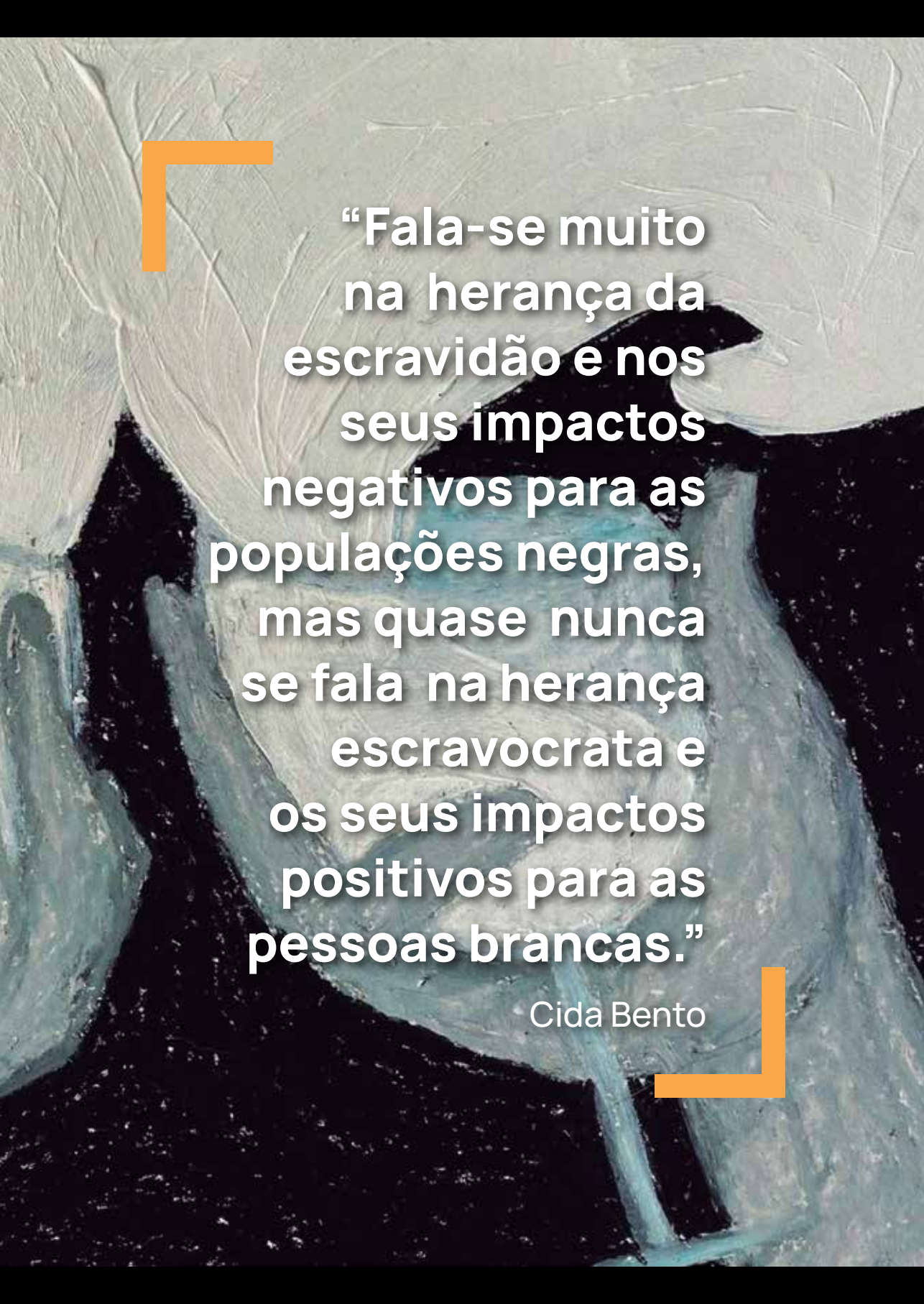
EMICIDA. Amoras. Música. 0:56 min. 2015. Disponível em: <https://open.spotify.com/k/3lDfLt1aUxiGhDo168opkA?si=P8Lbsc5nS1qgDcHONG9Row>. Acesso em: 20 dez. 2023.

HELIÃO & NEGRA LI. Olha o menino. Música. 3:53 min. 2004. Disponível em: <https://open.spotify.com/k/0ptYXDqZ9GVPhJGPbUG8yY?si=tZXKDXMtSB C12l86rPbHyA>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MC SOFIA. Minha Rapunzel tem Dread. Música. 3:04 min. 2016. Disponível em: https://open.spotify.com/track/3GLBDreOeJA68FLEiQBRJw?si=Sjm6x_2P SNuLjAAle-Jplg . Acesso em: 21 dez. 2023.

TVE. Autoestima da Criança Negra. Programa Nação. Vídeo. 24 min. e 47 segs. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vuyznxQnWAQ>. Acesso em: 05 nov. 2023.





**“Fala-se muito
na herança da
escravidão e nos
seus impactos
negativos para as
populações negras,
mas quase nunca
se fala na herança
escravocrata e
os seus impactos
positivos para as
pessoas brancas.”**

Cida Bento



Branquitude

Carla Cristina Carvalho Pereira²⁹

Travar uma discussão honesta acerca do racismo é falar de branco. Sim, racismo é coisa de branco, é o branco que ocupa lugar de vantagem nas sociedades estruturadas pela régua da dominação racial: é ele que aproveita, e muito, da forma como a sociedade se organiza, apoiada na ideia de superioridade racial para manter e garantir seus privilégios. Essa suposta “superioridade” e os artifícios usados para a manutenção de privilégios pelos brancos é chamado de branquitude.

Então vamos lá, desenhar isso bem desenhado. Embora originada de várias fontes, de modo geral podemos dizer que a branquitude é uma forma de pensar e agir que nasceu da barriga da colonização europeia. Faz tempo que brancos decidiram que são superiores e isso vem sendo historicamente mantido e transmitido para as novas gerações. De acordo com Bento³⁰(2002),

²⁹ Licenciada em Educação Física pela UFJF, Pós graduada em Educação Física escolar pela UFJF, Mestra em Educação pela UFF, Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora.

³⁰ Maria Aparecida da Silva Bento nasceu na zona norte de São Paulo (1952). Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), Bento é uma das mais relevantes intelectuais e ativistas do movimento negro contemporâneo. É professora

branquitude é um “pacto não verbalizado” de preservação de um grupo nos melhores lugares e ocupações na sociedade – vantagens consideradas normais para os brancos, mas que não podem ser desfrutadas pelas pessoas negras em situações similares. Então aí vai um exemplo do que seria branquitude...

Em sua essência, a branquitude naturaliza que os brancos tenham vantagens e privilégios que são vistos como “naturais”, enquanto não brancos ficarem de fora também é visto assim. A branquitude seria uma posição de poder na qual o sujeito branco ocupa um lugar de conforto, uma vez que o branco é visto simplesmente como “humano”. Dessa forma, para o branco, a raça não é vista como um problema, já que o branco pode escolher sobre evidenciá-la ou não. Como afirma Diangelo,

embora pessoas brancas possam ter consciência de que a raça é usada contra pessoas negras, o branco não se enxerga como responsável pelo racismo. Essa isenção de responsabilidade confere ao branco um lugar de conforto, de “relaxamento racial” e de “espaço emocional e intelectual”, que os negros não têm. Isso se traduz em vantagens psicológicas que se traduzem em resultados materiais. (2018, p.80)

Para a branquitude, o lugar de subalternidade que o negro ocupa é atribuído a um passado escravocrata, tá lá atrás. O que desobrigaria os brancos de hoje a resolverem isso. Em outras

visitante da Universidade do Texas em Austin, nos Estados Unidos. Faz parte do Grupo Assessor da ONU Mulheres, é membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, além de atuar como conselheira titular do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Suas pesquisas acerca das relações entre raça, racismo e psicologia tonam Bento uma referência obrigatória nos estudos sobre branquitude no Brasil. Disponível em <https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/cida-bento> Acesso em: 15 ago. 2023.

palavras, havia escravizados, mas não escravizadores, como se a escravidão tivesse existido sem exploradores - que, de lá pra cá, vêm vivendo, e bem, dos resultados dessa exploração.

Como nos mostra Bento (2002),

mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social (...) é uma saída permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que, entre os explorados - os pobres - os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida: na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor: qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. (p. 28)

E não para aí, assustadoramente não para. Como a pele branca é vista como melhor, humana, perfeita, isso se arrasta para tudo que envolve raça: de lápis “cor de pele” a representações de personagens históricos ou religiosos, passando por contos infantis, heróis, príncipes e princesas, profissionais bem-sucedidos e figuras políticas. Nesses espaços, não brancos não são vistos e seguem sendo colocados no extremo oposto: da pobreza, da marginalidade, dos piores empregos, de formas que repercutem diretamente na construção de suas expectativas, afetando sua autoestima, visibilidade, liberdade, senso de pertencimento e de direitos. Como salienta Diangelo (2018), a branquitude não é uma característica biologicamente determinada, “(...) *mas é real, no sentido de que sociedades, direitos, bens, recursos e privilégios foram construídos a partir dela*” (p.14). E, embora tudo isso seja absurdo, é real e concreto, mantido de formas muito sofisticadas



e elaboradas, algumas tão bem arranjadas que a gente fica besta de ver. E talvez nenhuma delas seja tão bem amarrada em sua articulação e tão naturalizada em sua desfaçatez como o pacto narcísico da branquitude.

A ideia de pacto traz uma noção de combinado: a gente se acerta, fecha um acordo e cada um cumpre com sua parte no dobrado. O pacto aqui que tratamos é meio assim, com alguns ingredientes adicionais. O combinado é não dito de boca, mas é feito de corpo e mente para que brancos sigam sendo...brancos. Ou seja, tendo tudo e não deixando ninguém chegar para dividir o que eles têm certeza de que é deles, só deles. Tal acordo, chamado por Bento (2002) “pacto narcísico³¹ da branquitude”, é caracterizado pelo silêncio branco acerca de suas “vantagens” de cor e por uma cumplicidade ou conivência com atitudes racistas de outros brancos. Para a autora, o silêncio desresponsabiliza o branco do peso da desigualdade, além de proteger os interesses do seu grupo racial e a cumplicidade é o elemento de identificação e identidade branca, mantendo-os protegidos de avaliações e análises e evitando discussões sobre as dimensões dos privilégios, desviando a responsabilidade de pessoas brancas em situações de violência e na manutenção da ideia de supremacia.

Assim, o que se observa é uma relação dialógica: por um lado a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente. (Bento, 2002, p.31)

³¹ O termo narcísico faz referência a Narciso, personagem da mitologia grega, filho do deus do rio Cefiso e da ninfa Liríope. Segundo a estória, Narciso ficou apaixonado por sua própria imagem, ao vê-la refletida num lago. Na psicologia, o narcisismo é um conceito desenvolvido por Sigmund Freud para definir o amor exacerbado de um indivíduo por si próprio e, sobretudo, por sua imagem.

Ao mesmo tempo em que busca isentar e proteger seus interesses, o grupo branco tende a desvalorizar os negros e a culpabilizá-los pelo seu “fracasso”. Assim, negros são julgados com muito mais rigor e suas falhas justificariam a exclusão e o racismo a que são submetidos. Sob a narrativa de que direitos fundamentais são garantidos a todos, os brancos se eximem de ter que se deparar com o fato de que tais direitos só são reais e disponibilizados aos brancos.

É muito raro o branco ter a experiência de não pertencimento racial. Ao corpo branco é dada a liberdade para ocupar qualquer espaço quando quiser, porque todos os espaços lhe são confortáveis e estão racialmente abertos a ele. Tal fato é tão naturalizado que dificilmente uma pessoa branca se dá conta ou – menos ainda – questiona esse conforto.

O medo e a ameaça de perda destes privilégios encontram na ideia de meritocracia um importante aliado para justificar suas vantagens e ocultar o pacto narcísico da branquitude. A justificativa de que brancos estão melhor preparados para o mercado de trabalho e, portanto, ocupam posições superiores às pessoas negras, permite aos brancos não serem questionados do porquê de garis serem, em sua maioria, negros e médicos em maioria brancos, nem se sentirem constrangidos frente às regalias das quais desfrutam. Ao não se questionarem, não se sentem responsabilizados e não são chamados a prestarem contas de todo o processo histórico de exclusão da população negra. Por esse motivo, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são tão criticadas por brancos: o que está por trás do discurso de serem “assistencialistas” é o medo de que a estrutura de poder concentrada nas suas mãos venha a ser questionada e possa representar perda de privilégios. Assim, livre do “peso psíquico da raça”, a branquitude carrega consigo vantagens psicológicas que se traduzem em resultados concretos. Ao não assumir sua responsabilidade no processo de



discriminação racial, o branco não se enxerga enquanto responsável pelo uso da raça como vantagem, o que lhe confere” (...) *um nível de relaxamento racial e de espaço emocional e intelectual que as pessoas de cor não podem dispor enquanto seu dia transcorre. Elas não carecem desses benefícios por serem racializadas dentro de uma cultura de supremacia branca – cultura na qual são vistas como inferiores, se é que são vistas*” (Diangelo, 2018, p.80).

Fragilidade branca

Ao serem confrontados ou interpelados com as questões raciais, em especial quando sua superioridade e vantagens são questionadas, pessoas brancas não reagem bem. Como a maioria dos brancos foi ensinada a pensar o racismo de forma simplista, a partir da ideia de bom e mau – limitando o racismo a um ato isolado de pessoas com desvio de caráter –, a insinuação de cometer ou ser cúmplice de discriminação racial gera revolta e é recebida com reatividade pelas pessoas brancas. Dessa forma, ao serem questionados sobre os privilégios da branquitude ou sobre ações que decorrem de uma mentalidade racista, os brancos respondem de forma defensiva, sentindo-se magoado e agredido quando, na verdade, são eles os agressores, revelando o que Diangelo (2018) denomina de fragilidade branca.

Segundo a autora, essa fragilidade vem do fato de que o branco raramente experimenta desconforto numa sociedade racializada. Ao contrário, socializados num sentimento de superioridade (tão internalizado que raramente é admitido), pessoas brancas não tiveram que construir uma resistência racial, uma vez que têm acesso a todas as oportunidades, montadas sobre exclusão dos outros. Assim, quando suas visões raciais de mundo são desafiadas, isso é percebido como uma ofensa moral. Por se

considerarem pessoas boas e éticas, brancos não reagem de forma racional, tomando como ofensa perturbadora e injusta.

A menor dose de estresse racial é intolerável - frequentemente, a simples sugestão de que ser branco tem um significado faz disparar uma gama de respostas defensivas. Isso inclui emoções como raiva, medo e culpa, além de comportamentos tais como alteração, silêncio e retratação da situação indutora de estresse. Essas respostas trabalham para restaurar o equilíbrio branco, na medida em que repelem o desafio, reinstalam nosso conforto racial e mantêm nosso domínio no interior da hierarquia racial. Classifico esse processo como fragilidade branca. Embora seja acionada pelo desconforto e pela ansiedade, a fragilidade branca nasce da superioridade e do 'direito'. Ela não é fraqueza *per se*. Na realidade, é um meio poderoso de controle racial branco e de proteção das vantagens brancas. (Diangelo, 2018, p.24)

Para romper com esse ciclo e enfrentar o racismo, pessoas brancas precisam se desconstruir. Entender e falar sobre raça é um início. Compreender o racismo para além da falsa oposição entre bom/mau, considerando que a branquitude molda profundamente a pessoa branca numa sociedade marcada pela força do racismo é outro passo importante. Aprender a assumir sua própria branquitude e sair do conforto que ela proporciona implica em desafiar o racismo das estruturas em busca de mudanças. Ouvir o que as pessoas negras têm a dizer, ler, pesquisar, compreender ideologias, ressignificar estereótipos sobre os corpos negros, bem como desconstruir valores estéticos e morais, discutindo abertamente sobre o poder e o privilégio branco e sobre os lugares sociais que brancos e negros ocupam na sociedade é um avanço significativo.

Então, para romper com o pacto narcísico da branquitude (e parar de passar vergonha), brancos precisam compreender algumas questões fundamentais:

Ter amigos ou familiares negros não te faz menos racista

Por ser estrutural, o racismo não pode ser limitado a atos isolados. Você tem “até um amigo negro” no seu círculo de amizades. Mas qual é a cor das pessoas que frequentam sua casa, seu trabalho, quantos escritores negros você lê, quantos influenciadores negros você segue, quem são suas referências? Racismo não se resume a ações individuais que o evidenciam, como insultos e ofensas. Ao não questionar os privilégios do seu corpo branco e naturalizar o abismo imposto entre negros e não negros, você estará contribuindo para a manutenção do *status quo* racial.

Pessoas negras não são a única fonte de aprendizagem sobre questões raciais

Ouvir pessoas negras é importante, mas elas não têm que carregar o peso de serem acionadas toda vez que o assunto for raça/racismo. Pessoas brancas precisam se *desconstruir* e, para tal, há uma infinidade de fontes disponíveis: sites, livros, filmes, “lives”, cursos, páginas e personalidades que discutem o tema de forma responsável e competente. É preciso sair da bolha branca.

Racismo não é piada, brincadeira ou mal-entendido

Racismo é um sistema de ideias e sua prática é crime e, portanto, não deve ser motivo de piada, brincadeira ou chacota. Se você é branco, não tem ideia do estrago que ele causa em pessoas negras. E, se por acaso for confrontado, ouça, aprenda e não repita. Se é crime, não há liberdade de expressão.

Todas as pessoas brancas são moldadas no racismo e terão atitudes racistas

Pessoas “maneiras” também são racistas. Brancos foram moldados a partir da ideologia da supremacia branca, então serão racistas. Aceite e aprenda para cometer menos erros.

Apesar de haver opressão de classe, o racismo privilegia brancos dentro da mesma classe social

É só olhar os números, as estatísticas. Pobreza no Brasil tem cor. E o racismo não deixa de existir entre pessoas da mesma camada social. Pessoas pobres brancas também são brancas. E racistas.

Racismo reverso não existe

Por definição, o racismo é um sistema de poder institucional. Pessoas negras também podem ser preconceituosas e se autodepreciarem, ou discriminarem outras pessoas negras e, com isso, reforçarem o sistema racista. No entanto, só os brancos podem ser racistas porque só eles têm o poder institucional, social e os privilégios sobre os negros.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo: IP-USP, 2002. Tese (Doutorado em Psicologia).

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil – 6 ed., 6ª reimpressão. - São Paulo: Contexto. 2020

_____. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola – São Paulo: Selo Negro, 2001.

DAVIS, A. (2016). Mulheres, raça e classe (H. R. Candiani, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo. (Originalmente publicado em 1981).

DiANGELO, Robin J. Não basta não ser racista: sejamos antirracistas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Para saber mais

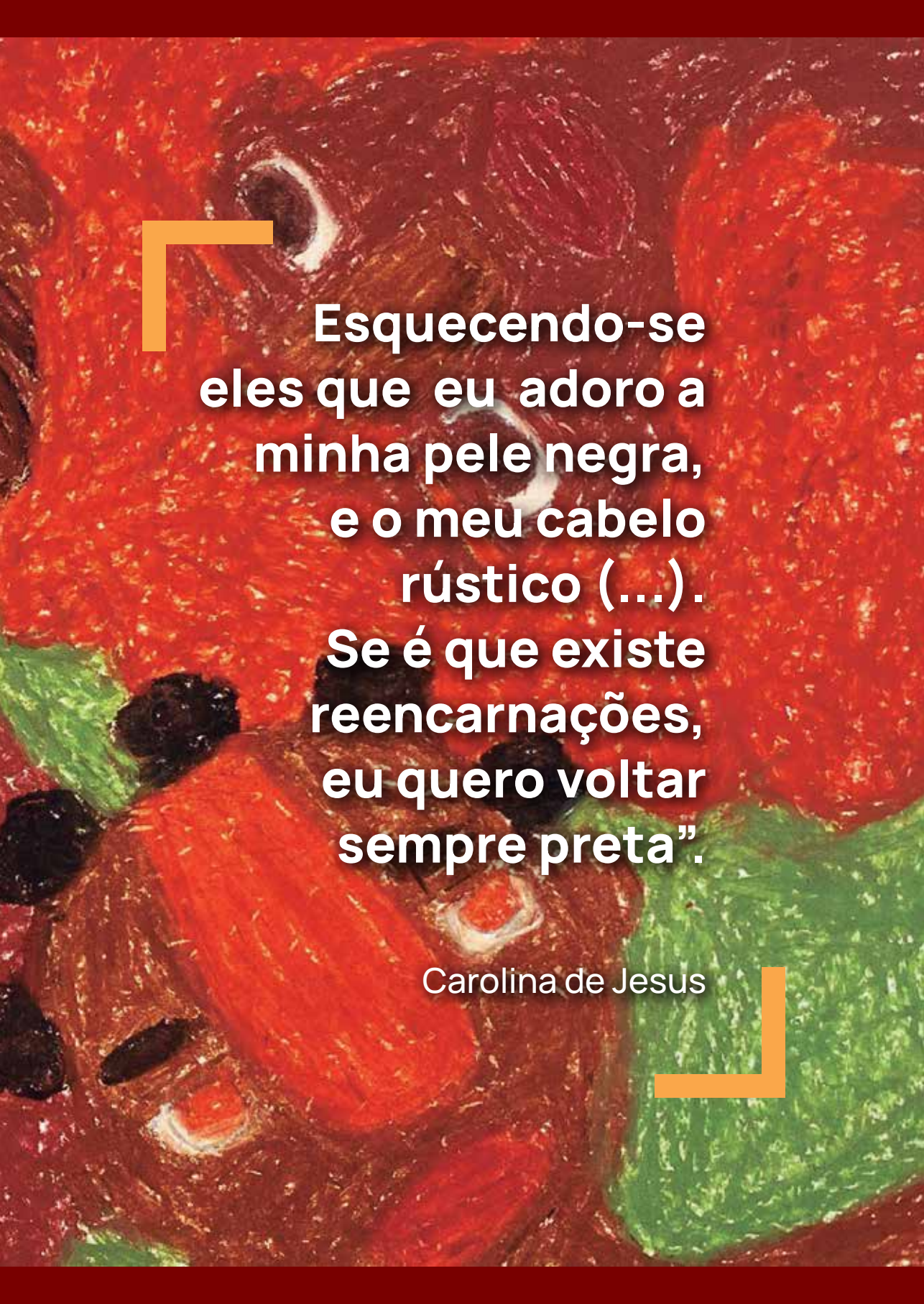
BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VISTA minha pele. Direção de Joel Zito Araújo. São Paulo: Casa de Criação/Ceert, 2003. <https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. A relação entre branquitude e privilégio. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-relacao-entre-branquitude-e-privilegio/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARASCIULO, Marília. Precisamos falar sobre branquitude e seu papel na luta antirracista Disponível em: https://www.geledes.org.br/precisamos-falar-sobre-branquitude-e-seu-papel-na-luta-antirracista/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCQARIsAikWb6_wFjLckrvLGvXR2jgIfd5LoH5JUTIGmIN-j3Lw5q1V9lXpHpctz_waAjhrEALw_wcB. Acesso em: 25 de Jan. 2024.





**Esquecendo-se
eles que eu adoro a
minha pele negra,
e o meu cabelo
rústico (...).
Se é que existe
reencarnações,
eu quero voltar
sempre preta”.**

Carolina de Jesus



Estética Negra

Ana Paula dos Santos³²

Carla Cristina Carvalho Pereira³³

“Negro é lindo”, como já cantava Ben Jor na composição lançada em 1971, exaltando a cultura e a estética negras num país que viveu um processo intenso de perda da sua ancestralidade e sucessivas tentativas de apagamento da presença negra. O processo diaspórico que, através do tráfico atlântico, trouxe consigo diversos povos de diferentes regiões da África, e, com eles, novos valores civilizatórios, legou-nos um novo olhar sobre a corporeidade enquanto linguagem, uma nova concepção de que o corpo carrega em suas marcas as memórias de sua ancestralidade.

Nas colônias, o contato entre colonos e escravizados implicou num choque entre valores e culturas profundamente distintos. Assim, o corpo negro, considerado exótico e primitivo, era visto como uma fantasia hiper sexualizada, fetichizada, animalizada,

³² Pedagoga por formação. Especialista em Gestão Escolar. Mestranda em Relações Étnico-raciais pelo PPRER-CEFET/RJ.

³³ Licenciada em Educação Física pela UFJF, Pós graduada em Educação Física escolar pela UFJF, Mestra em Educação pela UFF, Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora.



cuja identidade deveria ser apagada e readequada aos valores judaico cristãos europeus. Ao negro - desprovido de quaisquer direitos - era negado, inclusive, o direito a manter sua própria estética. Como já vimos, no Brasil, lábios carnudos, narizes largos, testa alta, pele escura e tudo mais que se aproximasse dos traços negroides, foi taxado de feio e selvagem, atacado e violentado.

Mas, apesar de ter contribuído para o crescimento da marginalização de corpos negros na sociedade e dado bases para o fortalecimento do mito da democracia racial, o projeto de embranquecimento³⁴ da sociedade brasileira não se consolidou plenamente graças às estratégias de luta e resistência da população negra - tanto no sentido de afronta à sociedade escravista e pós-escravista, quanto de desenvolvimento de uma cultura afro-brasileira que se contrapunha à cultura branca imposta aos escravizados.

A mobilização racial negra desempenhou um papel fundamental na história e na luta pela igualdade, justiça e direitos. Estes movimentos abrangem um longo período e abordam uma variedade de questões enfrentadas pelas comunidades negras, em todo o mundo. Ao longo da história, esses movimentos têm trabalhado para combater o racismo estrutural, a discriminação, a segregação e a violência direta contra os negros.

Os primeiros anos pós-abolição foram marcados pelo surgimento de movimentos e organizações dedicadas à luta pelos direitos dos ex-escravizados e o movimento negro ganhou força com a formação de diversas associações que buscavam valorizar os negros e integrá-los à sociedade brasileira. Ações de combate

³⁴ A teoria do embranquecimento no Brasil fez parte de um projeto criado pela elite brasileira no século XIX e meados do XX, a partir da percepção de que a população brasileira era composta de negros e indígenas, consideradas pelos colonizadores como “raças inferiores”. Assim, baseada na ideologia do racismo científico e no Darwinismo social, a elite branca da época acreditava que o sangue “branco” era superior e inevitavelmente iria “clarear” e “melhorar” cultural e geneticamente as demais raças, dentro de várias gerações de miscigenação entre brancos e negros.

à discriminação racial e formulações de diversas propostas de inclusão social da população afrodescendente são uma nítida demonstração da participação política negra.

Nesse contexto de organização e mobilização da comunidade negra, surgiram - no início do século XX - os primeiros jornais escritos por negros³⁵, com o objetivo de noticiar e discutir problemas vivenciados pela população preta e que não encontravam espaço na imprensa tradicional. As vozes das comunidades negras, marginalizadas ou ignoradas pelos principais meios de comunicação, encontravam nessas publicações um importante espaço para discutir questões de relevância como: direitos civis, justiça social, educação, cultura, emprego, discriminação racial, entre outras. Num período em que as elites republicanas defendiam a ideia de identidade nacional e negavam a existência do racismo, desestimulando a formação de associações negras no país, a existência dessa “imprensa negra” assustou o Brasil de modo geral, demonstrando o incômodo que a organização de negros causava à sociedade da época. Nesse sentido, a imprensa negra configurou-se enquanto um importante espaço de resistência da gente negra no pós-abolição, combatendo estigmas e estereótipos negativos e auxiliando na construção de uma nova percepção dos próprios indivíduos.

No bojo da mobilização desencadeada pela criação de jornais e associações, surge a Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, como importante organização especialmente nas décadas de 1930 e 1940, criada por intelectuais e líderes negros em São Paulo com o objetivo de combater o racismo, promover a igualdade racial e buscar melhores condições para a população negra no país. Com pretensões eleitorais, a FNB se espalhou pelo país⁵ com a proposta de eleger representantes que se opusessem aos projetos segregacionistas

³⁵ Luiz Gama, José do Patrocínio, Antônio de Paula Britto, dentre outros.

brancos e que contribuíssem na superação das desigualdades sociais e raciais. A expectativa da comunidade negra era de que o Estado reconhecesse o Brasil como um país mestiço, combatendo o racismo e ao mesmo tempo amparando a população negra que sofria com a pobreza em suas mais variadas formas.

Além de suas atividades voltadas para os direitos civis e a igualdade racial, a FNB enfatizou a valorização da identidade negra. Ao promover cursos de alfabetização e eventos que promovessem o “levantamento moral da raça”, a Frente desempenhou um papel importante na construção do orgulho negro e na conscientização sobre a contribuição dos negros para a história e a cultura do Brasil.

Após o período de repressão e silenciamento promovido pela Era Vargas, surge no Rio de Janeiro o jornal Quilombo, fundado em 1948 por Abdias do Nascimento³⁶ e de sua esposa Maria de Lourdes Vale do Nascimento³⁷. O jornal buscava o engajamento da sociedade na luta contra o racismo em reverência a líderes negros. Além de reivindicar direitos básicos que favorecessem a promoção social do povo preto, o jornal contribuiu de maneira significativa para a divulgação de uma imagem positiva da negritude e para

³⁶ Poeta, escritor, dramaturgo, artista visual e ativista panafricanista, Abdias (1914- 2011) nasceu em Franca, interior de São Paulo. Neto de africanos escravizados e filho de um sapateiro e músico e de uma doceira, foi, sem dúvida, um dos maiores intelectuais do século XX. Abdias fundou, ao lado da esposa Maria de Lourdes Vale do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro e o projeto Museu de Arte Negra. Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York, foi deputado federal, senador da República e secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro. Para aprofundar a leitura sobre Abdias do Nascimento, sugerimos a consulta à <https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/> Acesso em: 15 Jan. 2024.

³⁷ Maria de Lourdes Vale Nascimento foi Assistente Social e importante intelectual negra na história do Serviço Social brasileiro. Nasceu no dia 02 de setembro de 1924, na cidade paulistana de Franca. Maria foi a fundadora do Conselho Nacional de Mulheres Negras, além de cofundadora e diretora do Teatro Experimental do Negro (TEN). Foi uma das primeiras colonistas negras no Brasil e cofundadora do jornal Quilombo. Lutou pela integração da mulher negra à vida social, defendendo sua ascensão educacional, cultural, econômica, a partir da construção de um novo modelo de sociedade.

o fortalecimento da autoestima e da cidadania negras. O jornal deixou de circular em 1950.

Também é de Abdias do Nascimento a iniciativa da criação - em 1944 - do Teatro Experimental do Negro (TEN). O TEN nasceu no Rio de Janeiro a partir da constatação da inexistência de pessoas negras em protagonismo cênico e da carência de temas relacionados à história negra nas produções teatrais brasileiras. Tendo como pano de fundo a crítica aos lugares de submissão destinados a atores negros, relegados a papéis secundários, humilhantes e pejorativos que reforçavam os estereótipos, o TEN foi pioneiro em mostrar a cultura, a história e o patrimônio negro, expondo ao público uma estética até então pouco conhecida e valorizada.

Tendo o corpo de atores formado por operários, empregadas domésticas, moradores de favelas sem profissão definida e funcionários públicos, esse projeto disponibilizava aos participantes cursos de alfabetização e de iniciação à cultura geral, além de noções de teatro e interpretação, através de aulas, debates e exercícios práticos, contando com a contribuição de renomados professores, poetas e escritores que compartilhavam o desejo de valorizar e abrir novos caminhos para pessoas negras nas artes cênicas e na sociedade brasileira.

Inspirado pelos movimentos político-estéticos que impulsionaram a luta pela independência de muitos países africanos e influenciaram a busca por libertação dos povos afro-americanos, o TEN tinha como bandeira o combate ao racismo através da valorização da personalidade e cultura específicas ao negro. De acordo com Abdias:

O TEN visava a estabelecer o teatro, espelho e resumo da peripécia existencial humana, como um fórum de ideias, debates, propostas, e ação visando à transformação das estruturas



de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos campos de sua cultura, economia, educação, política, meios de comunicação, justiça, administração pública, empresas particulares, vida social, e assim por diante. Um teatro que ajudasse a construir um Brasil melhor, efetivamente justo e democrático, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades. (Nascimento, 2004, p. 221)

As dificuldades financeiras, porém, selaram a história do TEN no ano de 1961, o que não impediu que ele deixasse um legado histórico de empoderamento e representação, contribuindo para a valorização da estética negra e para o combate à discriminação racial no teatro e na sociedade em geral. Revelou ainda nomes talentosos como Ruth de Souza, Haroldo Costa, Léa Garcia e José Maria Monteiro.

As décadas de 1960 e 1970 foram momentos de grandes transformações culturais, políticas e comportamentais em várias partes do mundo. O contexto da luta anticolonialista em países africanos e dos movimentos de luta pelos direitos civis, fortaleceu a pauta do direito à identidade na busca de novas referências que rejeitavam o branqueamento imposto pelo colonizador. Assim, a estética negra inspirada em África passou a ser cada vez mais valorizada como forma de resistência e de reafirmação da identidade negra, que ganhou visibilidade e reconhecimento por meio da moda, da música, da arte e da cultura popular, desafiando os padrões de beleza eurocêntricos. A estética negra também encontrou suas influências nas tradições artísticas africanas que incluem: esculturas, pinturas, máscaras e tecidos ricamente decorados. Essas formas de expressão visual têm características distintas, como padrões geométricos, cores vibrantes e símbolos

culturais, que foram gradativamente incorporados na estética negra contemporânea.

No Brasil, os anos repressivos da ditadura militar transformaram algumas organizações negras em associações culturais e de lazer, mas isso não significou o fim da resistência. Influenciada pelo surgimento de grupos como o Partido dos Panteras Negras³⁸ e pelo movimento *Black Power*³⁹ – que ganhou popularidade principalmente entre os jovens negros estadunidenses desencantados com a luta pacífica pelos direitos civis enfocando questões de autoestima e valorização da cultura africana, orgulho racial e autogoverno da comunidade negra –, a “consciência negra” no Brasil se “adensou” nos anos 1960 e 1970. De acordo com o site “Memórias da Ditadura”⁴⁰:

No campo cultural, a valorização do negro dentro da cultura brasileira começou a desenvolver um espaço próprio. As velhas teorias da mestiçagem e a ideologia da “democracia racial” começaram a ser duramente criticadas por intelectuais, artistas e agitadores culturais. No mundo acadêmico, sociólogos como Florestan Fernandes desenvolveram críticas sofisticadas e aprofundadas à ideia de “democracia racial”, demonstrando como os negros foram integrados à sociedade industrial e urbana, com a manutenção de uma situação de dupla exclusão, social e racial.

³⁸ Fundado em Oakland, Califórnia, em 1966 por Huey P. Newton e Bobby Seale, o partido defendia o direito do negro de estar livre da violência policial, focando em debater e lutar por questões de injustiça racial, igualdade e empoderamento, além de oferecer programas sociais que atendessem às necessidades da comunidade, como creches, ambulatórios e alimentação gratuita.

³⁹ O Movimento Black Power surgiu nos anos 1960, nos Estados Unidos, junto com outros movimentos afro-americanos, que deixaram marcas profundas de transformação social no país e no Mundo.

⁴⁰ <https://memoriasdaditadura.org.br/luta-cultural-e-politica/> Acesso em 30 abr. 2024.

Esse “espaço próprio” ocupado pela cultura negra durante esse período preocupava a ditadura brasileira, já que os militares não viam com “bons olhos” essa politização do movimento *black*. Foi em 1971, em plena ditadura, que Jorge Ben Jor lançou um álbum musical “Negro é lindo”. Na música de mesmo nome, tradução do slogan criado nos anos 60 pelo movimento negro norte-americano⁴¹, Ben Jor denuncia a desigualdade racial e exalta a cultura negra: “*Negro é lindo. Negro é lindo. Negro é amigo. Negro também é Filho de Deus. Eu só quero que Deus me ajude a ver meu filho nascer e crescer e ser um campeão sem prejudicar ninguém porque preto velho tem tanta canjira que todo o povo de Angola que todo o povo de Angola mandou preto velho chamar eu quero ver preto velho dizer eu quero ver preto velho cantar e dizer.*” A música é um marco da busca pela valorização e respeito à estética negra, ao mesmo tempo em que reafirma o caráter político desse movimento.

Sob a forte repressão do Estado, o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 são marcados pela explosão dos bailes black no Rio de Janeiro e em São Paulo, ao som da música negra fortemente inspirada pela *black music* norte-americana. Em fins da década de setenta, os bailes dos subúrbios cariocas deram origem a um movimento de afirmação da negritude que ficou conhecido como *Black Rio*.

Nomes como: Gerson King Combo, Tony Tornado, Wilson Simonal, Jorge Ben Jor, Sandra de Sá, Tim Maia, dentre outros, traziam para os palcos, para as ruas e para as redes de televisão um estilo próprio, um visual marcante com suas calças boca de sino, sapatos coloridos com saltos altíssimos, cabelos volumosos,

⁴¹ Black is beautiful (em português, Negro é lindo) é um movimento cultural iniciado nos Estados Unidos na década de 1960 com o objetivo de valorizar os traços fenotípicos negros - como a cor da pele, os traços faciais e o cabelo - em oposição à ideia presente na cultura americana de que as características típicas de pessoas negras eram menos atraentes ou desejáveis do que as das pessoas brancas.

manifestando o orgulho pela cor de pele, seus traços negroides e sua cultura, influenciando a juventude da época, que passou a expressar seu protesto através do estilo “*Black Power*” em referência ao movimento político e cultural norte-americano, que defendia uma nova maneira de afirmar e reverenciar a beleza negra.

Os bailes e o movimento *Black Rio* representavam importante espaço de resistência cultural e política. Não só os artistas e os jovens incorporaram o estilo *black power* no país. Importantes intelectuais brasileiros que estavam na linha de frente do movimento negro, como Lélia González, Beatriz Nascimento e o próprio Abdias do Nascimento, assumiram esse visual, demonstrando que este não era apenas um movimento estético, era também político.

No mesmo período - década de 1970 - surge na cidade de Salvador (BA), o *Ilê Ayê*, grupo conhecido principalmente pelo seu bloco afro no carnaval desfilando com músicas, danças e trajas inspirados nas tradições africanas, demonstrando a consciência sobre a necessidade da valorização de sua identidade racial e a percepção do racismo que marcava a sociedade brasileira. Criado em 1974 e ainda em atividade, o grupo expressa nas letras de suas músicas o protesto contra a discriminação racial, ao mesmo tempo em que valoriza a estética, a cultura e a história negra e africana.

Muito além de um “bloco de carnaval”, o *Ilê Ayê* realiza diversos projetos sociais relacionados à educação, saúde e assistência social para a comunidade afro-brasileira. Em 1988, a Associação Cultural do Bloco Carnavalesco *Ilê Aiyê* fundou a Escola Mãe Hilda do *Ilê Aiyê*, com o objetivo de garantir o direito básico à educação como forma de luta contra a discriminação racial. Cabe dizer que a escola cumpre integralmente as diretrizes da Lei 10.639/03⁴².

⁴² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.



No final da década de 1970, em resposta aos altos índices de discriminação racial e violência policial sofridas pela comunidade negra, surgiu, no Rio de Janeiro, o Movimento Negro Unificado (MNU), influenciado por movimentos negros dos Estados Unidos e por organizações pan-africanistas, como o Movimento Negro-Americano e o Movimento Negro na África do Sul. Criado em 1978, o movimento era formado por ativistas negros – intelectuais, artistas, representantes da política e do movimento estudantil – que reivindicavam o fim da violência policial, a criação de políticas públicas de combate ao racismo, a valorização da cultura e da história negra e a inclusão dos negros em espaços de poder e decisão. A criação do MNU foi marcada por uma manifestação histórica que reuniu milhares de pessoas na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de julho.

Desde sua criação, o movimento foi fundamental na conscientização da sociedade brasileira sobre a questão racial e na conquista de direitos para a população negra, ampliando o debate sobre o racismo e influenciando a criação de políticas públicas voltadas para a igualdade racial no Brasil. A organização também se engajou na luta pela redemocratização do país e pelo fim da ditadura militar, tendo ainda contribuído com a formulação de demandas do movimento negro à Assembleia Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Cidadã.

Ao longo de sua existência, o MNU contribuiu para a conquista de pautas fundamentais, tais como: a demarcação de terras quilombolas, a aprovação da lei de Cotas Universitárias e no Serviço Público, a aprovação da Lei 10.639, o crescimento do acesso de pessoas negras nas universidades e o fortalecimento da consciência racial dos jovens.

Atualmente, o MNU continua atuante em todo o país, atuando na defesa dos direitos das pessoas negras, combatendo o racismo estrutural existente na sociedade brasileira, lutando contra o genocídio da juventude negra e o fim do racismo religioso.

No contexto do processo de redemocratização da sociedade brasileira - a partir da década de 1980 -, é inegável o avanço nas discussões sobre a presença negra no país. De lá para cá, houve avanços significativos na legislação sobre discriminação racial no Brasil e a ampliação do debate e da valorização da cultura e da estética afro-brasileira. Com a ampliação do acesso à internet e às redes sociais, casos de racismo e discriminação passaram a ser denunciados em tempo real, possibilitando a socialização dos debates e a ampla mobilização e pressão populares. A facilidade do acesso à literatura e a cursos e “lives”, por exemplo, socializaram discussões e aprendizados até então restritos a determinados grupos e desmontaram o discurso dos racistas que alegavam “ignorância sobre o tema”.

A visibilidade dessa estética, antes marginalizada, também encontra nas redes sociais importante espaço de socialização, permitindo que as pessoas se conectem e se inspirem mutuamente, criando plataformas de apoio e promoção de técnicas de cuidados com a pele, cabelo e estética específicas para pessoas negras. Isso significa que os negros não estão mais restritos a padrões estéticos até então dominantes na sociedade e agora têm a oportunidade de explorar, assim como, celebrar sua beleza e individualidade. Essa nova mirada valoriza a fenotipia negra em todas as suas nuances e celebra a diversidade de corpos, traços, texturas de cabelos e estilos de vestimenta. Ela desafia os padrões eurocêntricos de beleza e oferece uma outra perspectiva, enfatizando a autoaceitação, o amor-próprio e a afirmação cultural. Mas não só isso, ela também se volta para questões sociais, políticas e históricas relevantes para a experiência negra, como exemplo: o racismo, a luta por igualdade e justiça, a coletividade e a memória da comunidade negra, transformando-se numa forma poderosa de contar histórias, expressar protestos e promover a conscientização e mudança social.



Capa do periódico do Movimento Negro Unificado (1991).
Disponível em: <https://www.facebook.com/almapretajornalismo/photos/a.1832893090306790/2547805678815524/?type=3>. Acesso em: 06 jun. 2024.

A estética negra é um campo vibrante e diversificado dentro da arte e da cultura. Ela se baseia na expressão criativa e na valorização da identidade e da experiência negra, desafiando estereótipos e reivindicando narrativas autônomas abrangendo uma ampla gama de formas de expressão, como: pintura, escultura, música, dança, moda, literatura, cinema e muito mais. É importante reconhecer e defender a estética negra como parte integrante da riqueza e diversidade da produção artística global e como caminho para a promoção da inclusão e do diálogo intercultural que nos permita apreciá-la e ver seu potencial para a consolidação de uma sociedade mais justa, equitativa e, culturalmente, enriquecida.

Para tal, ainda há muito o que se avançar. Assim, várias ações vêm sendo desenvolvidas país afora, no intuito de valorizar e enriquecer a estética e a cultura negra. Se tomarmos como referência a cidade de Juiz de Fora, diversos eventos celebram essa estética como, por exemplo, o “Encrespa”, evento vinculado a um movimento nacional denominado Encrespa Geral⁴³, cujo objetivo é homenagear a identidade e a estética negra e combater o racismo. Outro evento importante que acontece na cidade é o “Julho das Pretas”, realizado anualmente, com atividades diárias, bate-papos, workshops, shows e exposições que abordam a cultura e o trabalho da mulher negra em todos os aspectos.

Hoje podemos dizer que essas estéticas são muitas e têm suas regionalidades e diálogos com diferentes campos da cultura, que vão desde o pessoal do passinho, os bailes charme, as rodas

⁴³ Criado em 2013 por Eliane Serafim, o projeto Encrespa Geral incentiva o uso do cabelo natural, crespo e cacheado, a valorização da autoestima, estética e identidade negra, além de divulgar a cultura popular afro-brasileira e africana, por meio de eventos semestrais em várias cidades dentro e fora do Brasil, incluindo Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, Itália, Austrália e Angola. O Encrespa Geral transformou-se em um Instituto, ampliando suas ações de combate ao racismo e de valorização da estética e da cultura negra. Site do Instituto: <https://encrespageral.com.br/>

A vertical decorative pattern in orange, featuring various geometric and organic shapes like circles, waves, and dots, running along the left edge of the page.

de samba, rodas de capoeira até os terreiros. E podemos arriscar que há algo em comum: um profundo senso de preservação e exaltação de uma forma de ver e cultivar beleza em corpos que, usualmente, não são assim lidos.

Referências

DAEFIOL, Regina Célia. *Black is beautiful: o ensino de história a partir da cultura soul como expressão de resistência durante a ditadura militar no Brasil (1970-1980)*. In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE (Evento online) 15 a 18 de setembro de 2020. Disponível em:

https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1600611484_ARQUIVO_0f212f1154d3deb2a850d69b188b2239. Pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Teatro Experimental do Negro (TEN)*. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>. Acesso em: 02 out. 23.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Movimentos Negros*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/movimentos-negros/>. Acesso em: 28 set. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: *Estudos Avançados*. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224. Teatro Experimental do Negro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/#>. Acesso em: 03 nov. 2015.

Para saber mais

Kbela (2015) – Yasmin Thainá. Música. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LGNIn5v-3cE>. Acesso em: 15 Jan. 2024.

“Comando” - Negra Li. Música. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aXRAUajk-A>. Acesso em: 15 Jan. 2024.

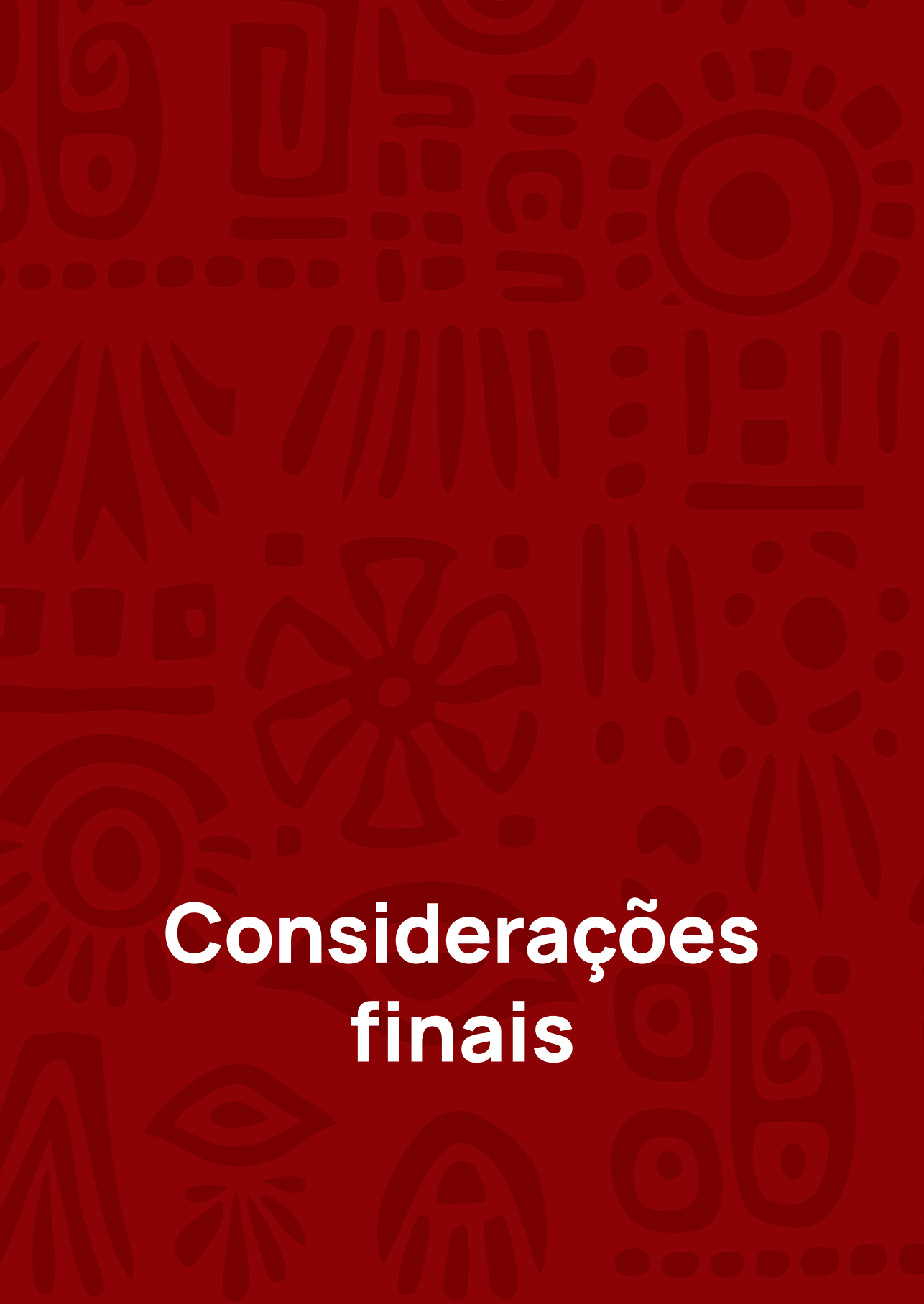
“Gueto” - Iza. Música. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwcvTVbj0>. Acesso em: 15 Jan. 2024.

“A Coisa Tá Preta” - MC Rebecca e Elza Soares. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aiKdLiic0wU>.

HOOKS, bell. *Meu Crespo é de Rainha*. Rio de Janeiro: Editora Boitatá, 2018

SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se Negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

XAVIER, Giovanna. *História Social da Beleza Negra*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2021.



Considerações finais

Giovana de Carvalho Castro⁴⁴

Acredito que poderíamos esticar esse livreto por vários volumes. Não nos faltam aspectos a serem elucidados sobre a questão negra no Brasil, nem tampouco fontes para se pensar numa perspectiva efetivamente democrática para nossas vivências nessa terra diaspórica. O que ambicionamos aqui foi oferecer uma rota, um caminho de reflexões que nos ajude a adotar, de forma cada vez mais engajada, um compromisso com as necessárias reparações históricas e com a luta antirracista.

Como incentivo, deixamos uma bibliografia que servirá como fonte de pesquisa, além de materiais audiovisuais que, com recorte na história da cidade, vão ajudar a percorrer esses caminhos. Esses saberes sobre e produzidos pelos povos negros, que ainda carecem de um olhar mais atento, também precisam estar nas falas, nas conversas, nas salas de aula, enfim, nas ruas da cidade. Por isso, não chamamos aqui de conclusão, pois ainda há muito a ser dito e feito em torno dessas narrativas. Então, que esse esforço se some aos demais já produzidos para que, cada vez mais, tenhamos acesso a essa história ainda tão cheia de eventos a serem narrados.

⁴⁴ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais; Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

GOVERNO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Governador
Romeu Zema Neto

Vice-governador
Professor Mateus Simões

Secretária de Estado de Cultura e Turismo
Bárbara Botega

Secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo
Josiane de Souza

Subsecretária de Estado de Cultura
Maristela Rangel

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Procurador-Geral de Justiça
Paulo de Tarso Morais Filho

Presidente do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Renato Froes Alves Ferreira

Coordenadora da Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação
Nádia Estela Ferreira Mateus

Assessora-chefe de Comunicação Integrada
Maria Elvira Souza Lima de Mattos

Equipe Sobre Tons
Esther Gonçalves
Giselle Borges
Kamilla Andrade
Larissa do Vale
Mariana de Paula Alves
Thais Ferreira

FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO

Presidente
Sérgio Rodrigo Reis

Diretora de Relações Institucionais / Chefe de Gabinete
Kátia Carneiro

Diretora Artística
Cláudia Malta

Diretora Cultural
Milena Lago

Diretora do Centro de Formação Artística e Tecnológica – Cefart
Priscila Fiorini

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças
Jefferson Souza

Assessor-chefe de Comunicação Social
Walter Navarro

Procurador-chefe
Daniel Bueno Cateb

Controlador Seccional
Enildo Lisboa dos Santos

Assessores da Presidência
Romina Farcae
Lucas Amorim

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assessora-chefe Adjunta

Micheline Zandomênicó

Assessoria de Imprensa

Lucas Oliveira (coordenador), Arthur Santana,
Maron Filho, Regyane Bittencourt (estagiária),
Maria Eliana Goulart e Paulo Lacerda

Design Gráfico

Clério Ramos (coordenador), Alec Mizote,
Ângela Peres, João Vitor de Jesus (estagiário) e
Felipe Lucena (estagiário)

Mídias Digitais

Natália Vianini, Vini Brown e Arthur
Camarano (estagiário)

Mediação

Vinícius Leão (coordenador), Eduardo Ferreira
(estagiário) e Eduardo Nogueira (estagiário)

Assessora de Comunicação do Circuito Liberdade

Izabela Moreira

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Assessora e Supervisora do Contrato de Gestão e

Termo de Parceria

Josiene Duarte

Gerente de Projetos

Catharine Borges

Coordenadora de Projetos

Sophia Borges

Gerente de Fomento

Ivan Cândido

Coordenadora de Fomento

Lucia Tania

ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E PROMOÇÃO DAS ARTES – APPA

Presidente

Felipe Vieira Xavier

Vice-presidente / Diretor Jurídico

Agostinho Resende Neves

Diretor Financeiro

Guilherme Domingos

Diretora Adjunta Executiva

Pâmela Perdigão

Diretora Adjunta de Projetos

Siomara Faria

Superintendente de Comunicação e Marketing

Fábio Pires

Coordenadora de Projetos

Laryssa Martins

Apoio Administrativo

Gesiele Regina

CORREALIZAÇÃO



REALIZAÇÃO



CULTURA E
TURISMO



**GOVERNO
DE MINAS**

AQUI O TREM PROSPERA.

ISBN 978-65-85658-15-7



“Ubuntu se faz com Sankofa: Pretuguês básico para a luta antirracista” é um livro-projeto em formato de caderno de textos que reúne ensaios acessíveis sobre ideias e biografias de intelectuais negros brasileiros, articulando conceitos como “Ubuntu”, “Sankofa” e “Pretuguês”. Escrito em 2023 por três professoras da rede pública de Juiz de Fora, o livro valoriza a coletividade, a ancestralidade e as heranças africanas na linguagem e no pensamento. Aborda temas como Memória, Ancestralidade, Corpos e Infância Negra, Branquitude e Estética Negra, oferecendo subsídios à educação antirracista. Publicado inicialmente como ebook, ganhou apoio do Ministério Público de Minas Gerais e da Fundação Clóvis Salgado.

**SOBRE TONS****Fundação
Clóvis
Salgado**CULTURA E
TURISMO**GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.